

Aula 00

*PM-MS (Soldado) Conhecimentos Gerais
- 2022 (Pré-Edital)*

Autor:

**Leandro Signori, Matheus Signori
(Equipe Leandro Signori)**

07 de Fevereiro de 2021

Sumário

Economia Brasileira.....	3
1 – PIB.....	3
2 – Contas Públicas.....	4
3 – Inflação.....	6
4 – Juros.....	8
5 – Taxa de Câmbio.....	9
6 – Balança Comercial.....	9
7 – Classificação de Risco de Crédito.....	10
8 – Agropecuária e Agronegócio.....	10
9 – Indústria.....	13
10 – Infraestrutura e Logística.....	14
10.1 Matriz de Transporte.....	14
10.2 Matriz Energética.....	16
11 – Reforma da Previdência.....	20
12 – Plano Mais Brasil.....	22
Questões Comentadas.....	24
Lista de Questões.....	42
Gabarito.....	50
Resumo.....	51



Caros alunos,

Nesta aula vamos estudar a economia brasileira. Em um primeiro momento, vamos conhecer alguns conceitos e dados sobre temas que regularmente são objeto de notícias pela imprensa: produto interno bruto, inflação, taxa de juros, o câmbio, a situação das contas públicas federais e a nota de crédito do Brasil.

Na sequência, vamos estudar um tema sempre relevante nesta área, a balança comercial. Por fim, vamos estudar a indústria, a agropecuária e o agronegócio e a infraestrutura e logística.

O último tópico desta aula versa sobre uma reforma muito falada, nos últimos anos, no Brasil, a da previdência.

Bons estudos,

Prof. Leandro Signori



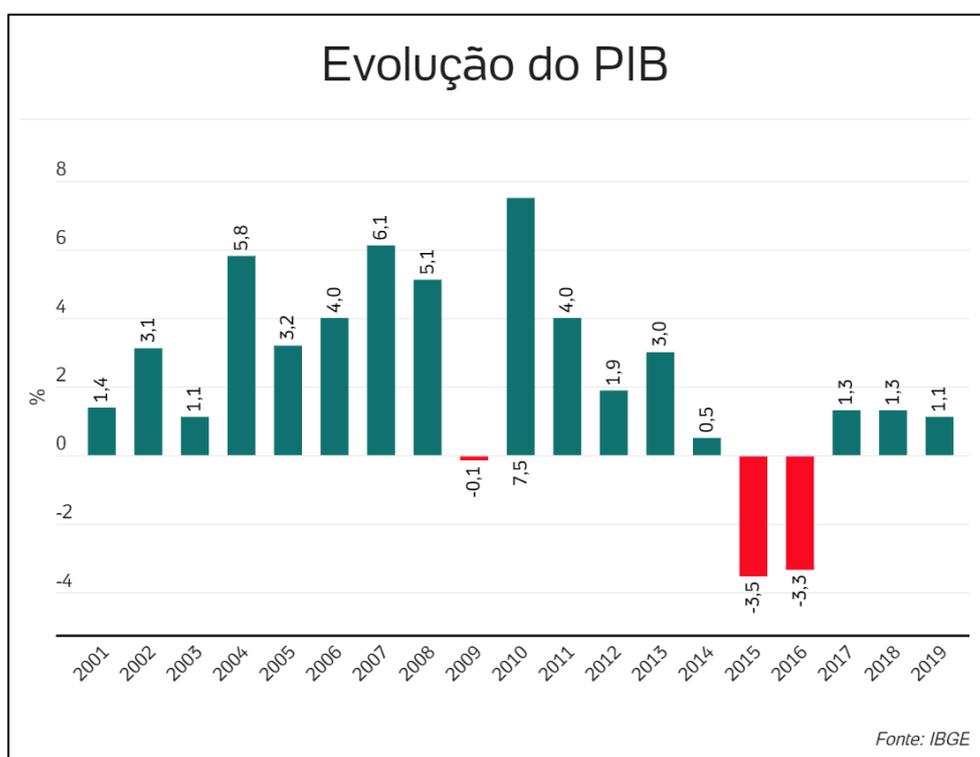
ECONOMIA BRASILEIRA

1 – PIB

O Produto Interno Bruto (PIB) mede o tamanho de uma economia, seja a de um país, de uma região, de um mercado comum ou município. Ele representa a soma de todas as riquezas produzidas, e um crescimento zero no ano significa que elas se mantiveram no mesmo nível do período anterior. Entre os principais pontos que fazem uma economia crescer estão seu poder de produzir e de vender, que precisa manter-se em expansão; a renda e o consumo da população; e a capacidade de gerar ou atrair recursos.

O setor com maior participação na composição da riqueza nacional é o de **serviços** (terciário), seguido da **indústria** (secundário) e **agropecuária** (terciário).

O PIB brasileiro cresceu negativamente nos anos de 2015 e 2016. Em 2015, a retração foi de 3,5%. Em 2016, a retração foi de 3,3%. Os dois anos seguidos de queda do PIB configuram a **maior recessão** já enfrentada pelo Brasil desde que começaram a ser compilados os dados de crescimento do PIB. Em 2017 e 2018, o PIB cresceu 1,3%, mas, em 2019, registrou um crescimento menor, 1,1%.



A maior contribuição para o avanço do PIB em 2019 veio do **consumo das famílias**, com alta de 1,8%. A construção civil cresceu 1,6% no ano, no primeiro resultado positivo após cinco anos de queda.

A pandemia de Covid-19 frustrou as expectativas de crescimento do PIB brasileiro para 2020. O coronavírus provocou abalos nos mercados globais, afetando atividades econômicas no mundo todo, com impactos nas cadeias globais de suprimentos e no comércio global.

Conforme previsão do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgada em abril de 2020, a economia mundial vai registrar o seu o pior desempenho desde a Grande Depressão de 1929. O órgão estimou que o



A maior parte da receita primária é arrecadada com impostos. Por sua vez, as despesas incluem gastos com aposentadorias, benefícios sociais, salários dos servidores, obras de infraestrutura e funcionamento dos serviços públicos em geral (hospitais, universidades, embaixadas etc.).

O principal objetivo de ter saldo positivo (superávit primário) é pagar juros da dívida pública, evitando seu crescimento descontrolado. Quando isso acontece, aumenta a desconfiança dos credores quanto ao pagamento futuro da dívida, levando a uma alta dos juros cobrados para financiar o Estado e criando um ciclo insustentável no longo prazo.

Além disso, a busca do superávit contribui para manter a inflação baixa ao limitar os gastos públicos. Quanto mais o governo consome bens e serviços, mais pressiona os preços para cima.

Nos últimos seis anos (2014 a 2019), o governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência Social) fechou as contas públicas com um **déficit primário**. O déficit primário é um dinheiro que o governo não tem, que terá que buscar no mercado financeiro para fazer frente ao pagamento destas despesas. A maior despesa do governo federal é com o pagamento da dívida contraída (principal/amortização, refinanciamento, juros e encargos).

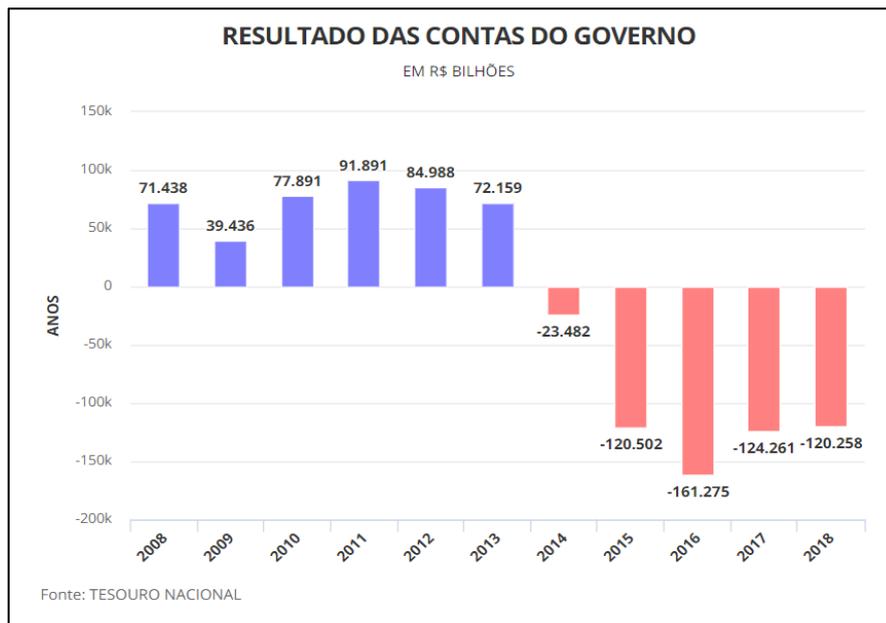
Na tentativa de reverter os déficits fiscais, o Governo Federal vem implementando um **ajuste fiscal** com medidas que visam aumentar a arrecadação e cortar gastos públicos. São medidas que **aumentam impostos, diminuem o subsídio a políticas sociais e ao setor produtivo e reduzem despesas governamentais**.

Além da União, a maioria dos estados brasileiros está em uma situação fiscal difícil. Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais são os estados com maiores dificuldades financeiras.

Com a crise econômica do Brasil, a arrecadação dos estados também diminuiu. Os governos estaduais apontam como uma das causas da crise o pesado pagamento mensal da dívida com a União. No entanto, estudo do Ministério da Fazenda conclui que o principal fator para o desequilíbrio do caixa dos estados são as despesas com pessoal e não o pagamento da dívida com a União.

Contudo, a solução para a crise fiscal que se abateu sobre o poder público não está somente no corte de despesas e em uma melhoria do gasto público. É necessária uma retomada do crescimento econômico brasileiro de forma continuada, com boas taxas anuais. Isso leva a um aumento da arrecadação pública, fazendo com que haja mais recursos para o atendimento da diversidade das despesas governamentais, inclusive, para as muitas necessidades de políticas públicas da nossa população.





Déficit Primário do Governo Federal

3 – Inflação

Inflação é a elevação dos preços de produtos e serviços que resulta na diminuição do valor de compra do dinheiro. A inflação sempre existiu, mesmo com índices muito pequenos. Quando o indicador é negativo, chama-se **deflação**.

Uma inflação elevada e contínua desorganiza a economia ao alterar o valor do dinheiro, elemento central do sistema econômico. A inflação atinge mais duramente quem não possui formas fáceis para corrigir seus ganhos, como os assalariados.

A principal causa para a inflação é a chamada **demanda**, que significa a procura por bens e serviços. Por exemplo, se muita gente quer comprar um artigo e não tem para todos, o preço aumenta. É a lei da oferta e da procura. É o que ocorre com frutas e legumes fora da estação (na entressafra).

O tormento da inflação incomodou durante muito tempo a vida nacional. O Brasil viveu uma situação de inflação em alta no decorrer da década de 1980, até desaguar numa **hiperinflação** acima de 900% ao ano a partir de 1988. Isso significa que os preços estavam se multiplicando mais de dez vezes a cada período de 12 meses. O Plano Real, implementado em julho de 1994, no governo de Itamar Franco, derrubou a taxa de inflação. Desde então, sua variação acontece em patamares reduzidos.

O Brasil adota o regime de **metas anuais de inflação**, estabelecidas pelo **Conselho Monetário Nacional (CMN)**. Esse sistema prevê que a inflação medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) deve ficar dentro de um limite de tolerância; ou seja, dentro de uma faixa estabelecida.

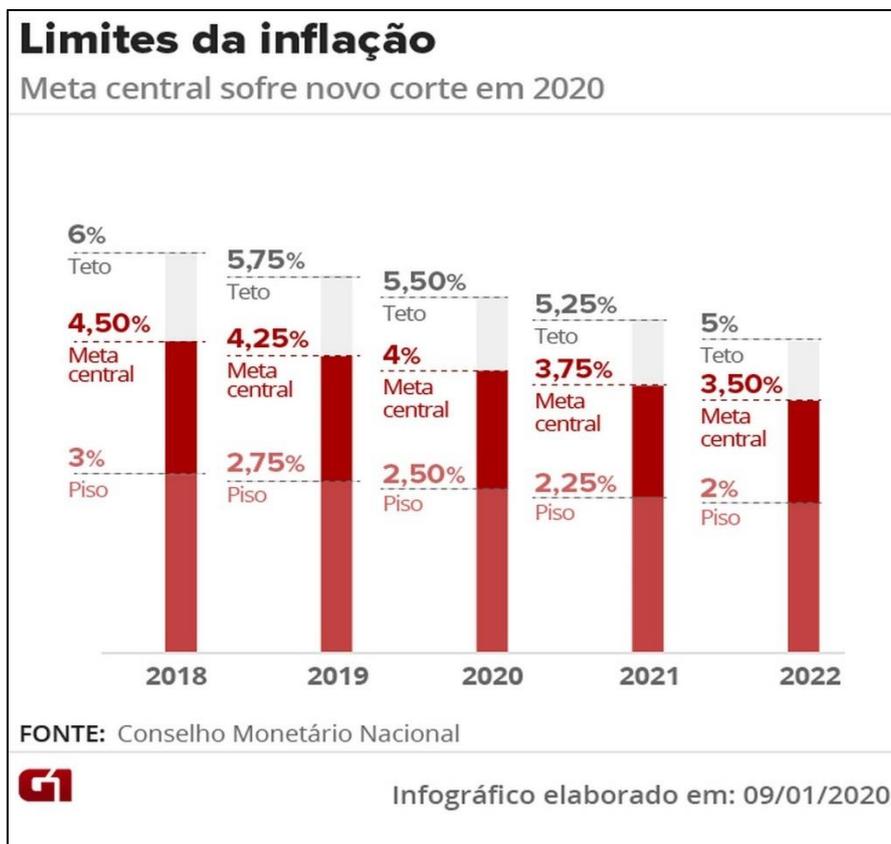
O governo estabelece, para cada ano, uma meta central de inflação, que é uma taxa fixa que deve ser buscada. A partir desse número, é estabelecida uma faixa de tolerância, ou seja, quanto a inflação real pode



variando acima ou abaixo dessa meta. Quem deve cumprir a meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional é o Banco Central (BC), que, para isso, adota várias políticas monetárias.

O principal mecanismo para manter a inflação sob controle no Brasil é a **taxa de juros**. Toda vez que os preços sobem acima do nível esperado, o Banco Central intervém com a elevação da taxa Selic. Isso faz o crédito ficar mais caro, e incentiva as pessoas e as empresas a gastarem menos. Se todos gastam menos, a tendência é que os preços também subam menos.

A meta central para 2019 foi de 4,25%, que poderia variar 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, de 5,75% a 2,75%. A meta central de inflação de 2020 é de **4,00%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, de 5,50% a 2,50%**. Para 2021 será de 3,75% e para 2022 será de 3,50%, as duas com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.



Devido à pandemia de Covid-19, o Brasil teve **deflação** de 0,31% em abril e de 0,38% em maio de 2020. Nos meses seguintes, o país voltou a ter inflação, com destaque para dezembro, que registrou inflação de 1,35%.

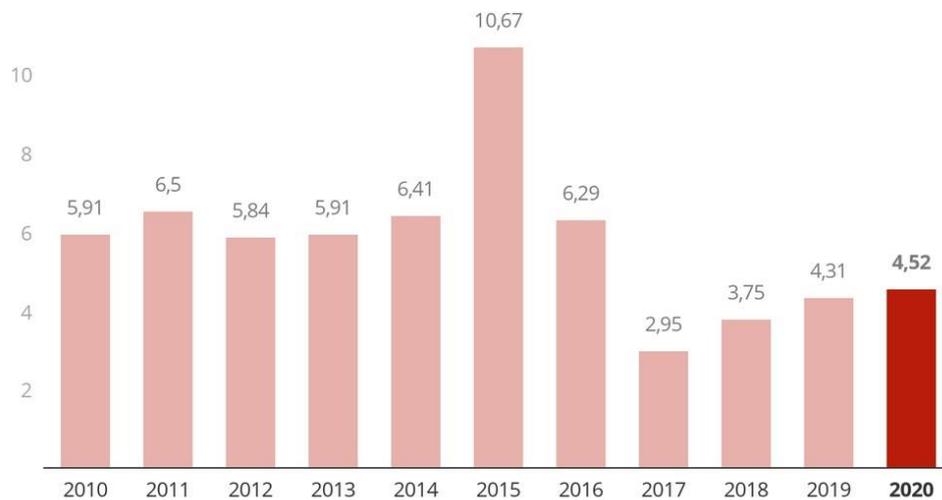
Assim, mesmo com os dois meses de deflação, no ano de 2020, a inflação foi maior do que em anos anteriores: **4,52%**. O resultado ficou acima do centro da meta para o ano, que era de 4%, mas dentro da margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para baixo (2,5%) ou para cima (5,5%).

O que mais contribuiu para o aumento foi a categoria de **alimentos e bebidas**, com alta de 14,09%. O óleo de soja registrou a maior alta (103,79%), seguido pelo arroz (76,01%).



Inflação ao longo dos últimos anos

Variação anual do IPCA, em %



Fonte: IBGE

4 – Juros

Os juros são o dinheiro a mais que uma pessoa ou empresa paga ao sistema bancário ao devolver um empréstimo, além do valor original corrigido pela inflação. Eles podem ser considerados uma remuneração pelo fato de que quem empresta corre o risco de o dinheiro não ser devolvido.

O governo tem uma relação estreita com os juros, pois é o maior agente econômico do país. Ele empresta dinheiro aos bancos para as suas necessidades diárias e cobra por isso: essa taxa de juros básica se chama **taxa Selic**. Como esse empréstimo por 24 horas é seguro, serve de referência para a economia. Os juros que os bancos cobram dos clientes para empréstimos, cheque especial e cartão de crédito são muito mais elevados que a taxa Selic.

Como a taxa de juros define o custo do dinheiro, os governos a utilizam para controlar a inflação: quanto mais alta a taxa de juros, mais caros ficam os empréstimos, o que funciona como um freio nas atividades produtivas (pois o crediário fica caro para o consumidor, e o financiamento, fica caro para o produtor). Se há menos compras (“demanda”, na linguagem econômica), os preços não sobem e a inflação fica baixa.

Quando a prioridade do governo é estimular a atividade econômica, uma das medidas é baixar os juros. Quem define a taxa Selic é o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central.



5 – Taxa de Câmbio

A taxa de câmbio é o valor pelo qual a nossa moeda é trocada por moedas estrangeiras, principalmente pelo dólar, que é a referência no mercado mundial.

O comércio exterior é diretamente afetado pela taxa de câmbio. Se o real vale pouco, nossas mercadorias são exportadas por valor menor (o que as torna atraentes). Isso ajuda o setor exportador, mas o importar fica mais caro. Quando o real se valoriza, nossos produtos ficam caros lá fora, mas é mais barato importar. Facilitar as importações ajuda a derrubar a inflação, pois amplia a oferta de mercadorias externas a preço baixo.

Muitos produtos vendidos no mercado brasileiro, principalmente de maior tecnologia, não são produzidos no nosso país, são importados. E a variação da taxa de câmbio impacta no preço final desses produtos e na taxa de inflação.

6 – Balança Comercial

A **balança comercial** é o conjunto de tudo o que o país exporta e importa em um ano. A soma desses valores é o total do comércio exterior nacional. Já o **saldo da balança comercial** é o resultado do valor exportado, retirando-se o valor importado. Quando o país vende mais do que compra no exterior, consegue um saldo positivo: é o **superávit** da balança comercial. Quando o resultado é negativo, dá-se o nome de **déficit**.

Em 2020, a balança comercial brasileira registrou **superávit de US\$ 50,995 bilhões**, valor superior ao ano de 2019, que havia sido de **US\$ 48,036 bilhões**. **Tanto as exportações quanto as importações recuaram no ano passado, mas as compras externas apresentaram um tombo maior.**

Segundo o governo federal, a queda nas exportações e importações se deve à pandemia de Covid-19, onde 94 países implementaram medidas comerciais relacionadas ao combate ao coronavírus - boa parte delas voltadas para a restrição a exportações.

A forte alta do dólar, de cerca de 30% no acumulado de 2020, ajudou a segurar uma maior queda nas exportações, visto que os produtos do Brasil ficaram mais baratos lá fora.

Os principais produtos exportados no ano passado foram a soja em grão e em farelo, minério de ferro, petróleo em bruto e derivados, açúcar e melações, carnes bovinas e de aves, celulose e milho em grão.

Em 2020, a **China** foi a **maior compradora de produtos brasileiros**, seguida da União Europeia, Estados Unidos e Argentina. Do valor total exportado, 34% teve a China como destino.

A China também é o maior vendedor para o Brasil, seguida da União Europeia, Estados Unidos e Argentina.

O Brasil é um grande exportador de commodities, tais como o minério de ferro, a soja em grão, o café em grão, o milho em grão, a carne in natura, o açúcar, o aço e a celulose. Como exportamos muito e as



importações dessa categoria de produtos são bem menores, as commodities têm uma contribuição decisiva para o superávit da nossa balança comercial.

Porém, num contexto em que o mundo é globalizado, ficam vulneráveis os países que mantêm o foco da economia na produção de commodities. Em primeiro lugar, porque os preços desses produtos estão sujeitos a fortes oscilações. Em segundo lugar, porque as commodities são produtos baratos quando comparados aos manufaturados. Ou seja, é preciso exportar muita commodity para pagar importações de produtos de alta tecnologia, como equipamentos de computação ou máquinas industriais, por exemplo.

7 – Classificação de Risco de Crédito

A classificação de risco por agências estrangeiras representa uma medida de confiança dos investidores internacionais na economia de um determinado país. As notas servem como referência para os juros dos títulos públicos, que representam o custo para o governo pegar dinheiro emprestado dos investidores. As agências também atribuem notas aos títulos que empresas emitem no mercado financeiro, avaliando a capacidade de as companhias honrarem os compromissos.

O grau de investimento funciona como um atestado de que os países não correm risco de dar calote na dívida pública. Abaixo dessa categoria, está o grau especulativo, cuja probabilidade de deixar de pagar a dívida pública sobe à medida que a nota diminui. Quando um país dá calote, os títulos passam a ser considerados como lixo. O mesmo vale para as empresas.

As agências mais conceituadas pelo mercado são a Fitch, a Moody's e a Standard & Poor's (S&P), que, periodicamente, enviam técnicos aos países avaliados para analisarem as condições da economia. Uma avaliação positiva faz um país e suas empresas levantarem recursos no mercado internacional com custos menores e melhores condições de pagamento. Uma boa classificação atrai investimentos estrangeiros ao país.

Em 2008 e 2009, as três agências elevaram a nota do Brasil para o patamar de grau de investimento. Porém, 2015 e em 2016, o Brasil teve a sua nota rebaixada, para o grau especulativo, situação que permanece até a presente data. As agências justificaram o rebaixamento do Brasil devido à piora da situação das contas públicas, com déficits fiscais e pela demora na aprovação de medidas fiscais que contribuíssem para o reequilíbrio das contas públicas, como a reforma da Previdência Social.

8 – Agropecuária e Agronegócio

Pessoal, agropecuária e agronegócio não são a mesma coisa. Falamos de conceitos diferentes.

A **agropecuária** é o conjunto de atividades ligadas à criação de plantas e animais para consumo humano. É um dos três setores para o cálculo do PIB, é o setor primário da economia.



O **agronegócio** é mais do que a agricultura e a pecuária. É o conjunto de atividades econômicas ligadas à produção agropecuária, incluindo os fabricantes e fornecedores de insumos, os equipamentos e os serviços para a zona rural, bem como a comercialização dos produtos. Ou seja, é toda a cadeia produtiva vinculada à agropecuária.

A agropecuária responde por cerca de 6,7% do PIB brasileiro. Porém, quando calculamos a participação do agronegócio no PIB brasileiro, esse percentual fica em torno de 23%, uma grande diferença.

O setor agropecuário é um dos motores da economia brasileira. Nas últimas três décadas, a produção agrícola do Brasil mais do que dobrou em volume, e a pecuária praticamente triplicou, principalmente com base nas melhorias da produtividade.

O Brasil é um dos gigantes da agropecuária no mundo, constituindo-se no segundo maior produtor agrícola do planeta, atrás dos Estados Unidos. Mas a previsão da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) é de que o país alcance a liderança do ranking até 2026.

É o maior produtor e exportador mundial de açúcar, café e suco de laranja. É o segundo maior produtor e o maior exportador de soja do mundo. O Brasil está ainda entre os maiores produtores e exportadores de carne bovina, frango e milho. Além de garantir o abastecimento do mercado interno, o Brasil tornou-se o segundo maior exportador mundial de alimentos, atrás dos EUA.

O agronegócio responde por cerca de metade das exportações do país. Exportamos muito e importamos pouco, o que faz com que a balança comercial setorial do agronegócio seja altamente superavitária. O que também torna o agronegócio determinante para a obtenção dos superávits comerciais da balança comercial brasileira.

A **soja** é o principal produto agrícola do país, pelo valor da produção agrícola (VBP), seguida da **cana-de-açúcar**, **milho**, **café** e **algodão herbáceo** - em caroço. Essas cinco lavouras representaram 72,5% do valor da produção agrícola em 2019. O **Mato Grosso** é o maior produtor de **soja**, **milho** e **algodão herbáceo**, **São Paulo**, de **cana-de-açúcar** e **Minas Gerais**, de **café**.

Mato Grosso é a grande potência agrícola do país. É o estado com o maior valor da produção agrícola, seguido por São Paulo e Rio Grande do Sul. O **Centro-Oeste** foi a região com o maior VBP, seguido do Sudeste e Sul.

Na pecuária, os cinco principais produtos, por VBP, foram bovinos, frango, leite, ovos e suínos.

A região com o maior VBP agropecuária é o **Centro-Oeste**, seguido do Sul, Sudeste, Nordeste e Norte.

Fatores da expansão da produção

Nas últimas três décadas, a produção agrícola do Brasil mais do que dobrou em volume, e a pecuária praticamente triplicou, principalmente com base nas melhorias da produtividade.

A vocação agrícola do Brasil se explica em grande medida pelas **características naturais** do território. O clima tropical, que prevalece na maior parte do país com boa distribuição de chuvas sazonais, permite uma produção bastante diversificada. Há grandes volumes de solos férteis, como o massapé, predominante na região litorânea do Nordeste, e a terra roxa, no Sudeste e Centro-Oeste.



O enorme avanço da fronteira agrícola também contribuiu para a alta produtividade. O Pará e o Mato Grosso foram os estados com as maiores incorporações de novas terras para a produção agropecuária. No Pará, o crescimento ocorreu principalmente por áreas de pastagens, enquanto no Mato Grosso, pela lavoura.

Outro fator relevante foi o **investimento em pesquisa**. Ao longo das últimas décadas, o Brasil construiu uma das maiores redes de pesquisa agropecuária do mundo. Um marco importante para o progresso no setor foi a criação da **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)**, em 1973.

A Embrapa realiza estudos abrangentes, que vão desde recomendações de como corrigir solos ácidos e de baixa fertilidade até o desenvolvimento de variedades agrícolas adaptadas às baixas latitudes e às altas temperaturas tropicais. Além disso, é importante nas pesquisas de controle de pragas e doenças e também nas melhorias dos sistemas de produção.

A **mecanização na agricultura** é outro elemento importante. Nos anos 1960, o Brasil tinha apenas 61 mil tratores em atividade, contra 1,22 milhões atualmente (Censo Agro 2017/IBGE). Além disso, o desenvolvimento de novas tecnologias propiciou o aumento da eficiência de sistemas de irrigação, bem como o uso de softwares diversos para gerenciar a produção.

Todos esses fatores levaram o país a um grande salto nas últimas quatro décadas. Por outro lado, o aumento da mecanização levou a uma diminuição do número de trabalhadores rurais.

Principais desafios

As **questões ambientais, sociais** e as **precárias infraestruturas e logística** estão entre os principais desafios do setor agropecuário e do agronegócio no Brasil.

Questões Ambientais

O aumento da área plantada se dá em meio ao desmatamento dos biomas, principalmente o Cerrado e a Floresta Amazônica. O **Matopiba** (área que abrange 337 municípios nos estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Tocantins) é a principal área de expansão da fronteira agrícola.

O uso de **agrotóxicos** e **sementes transgênicas** na agricultura brasileira tem sido motivo de polêmica em virtude dos eventuais riscos que podem oferecer para a saúde humana e para o meio ambiente. O uso dessas substâncias, segundo grandes produtores, seria indispensável para a produção em larga escala.

Para ruralistas, **áreas protegidas (unidades de conservação da natureza)** constituem entraves para a ampliação das áreas de cultivo e criação. Ruralistas pressionam para a flexibilização de categorias de proteção, de mais restritivas para mais brandas, e buscam dificultar a criação de novas unidades de conservação da natureza.

Questões Sociais

Na visão de ruralistas, a **demarcação de terras indígenas e de quilombolas** representa um obstáculo para o avanço do agronegócio.



Ocorrem também conflitos por terras entre grandes proprietários rurais e agricultores sem terras e/ou posseiros. A propriedade da terra é muito concentrada no Brasil, que é a causa da violência no campo. A solução está na realização de uma efetiva reforma agrária em nosso país.

Outro problema são casos de trabalho escravo no campo brasileiro.

Infraestrutura e logística

A **deficiente infraestrutura e logística** de transportes encarece a distribuição para o mercado interno e dificulta a exportação. Há carência de silos para armazenar os grãos e insuficiente número de portos com condições adequadas para dar vazão à produção. Além disso, como a matriz de transporte brasileira é rodoviária, o custo para o escoamento e para a distribuição é bem alto. Calcula-se que a logística ineficiente nos transportes eleva em mais de 25%, em média, o preço dos produtos no mercado internacional.

9 – Indústria

A indústria brasileira não tem tido crescimento nos últimos anos. Ora tem um desempenho positivo, ora negativo, com momentos de retração da atividade industrial.

Um grande desafio do setor é a concorrência estrangeira dentro e fora do país. Com a globalização, as empresas transferem a produção para fábricas em países com menos impostos e mão de obra com salários mais baixos e colocam no mercado brasileiro produtos mais baratos.

Outro fator que influencia a atividade industrial é o câmbio. Quando nossa moeda se desvaloriza em relação à norte-americana, os produtos nacionais ficam mais baratos no exterior, o que facilita exportar. Com o real mais valorizado, é mais fácil importar bens de capital e mais difícil exportar. Os anos em que o real esteve muito valorizado prejudicaram as exportações do setor.

Há também os próprios problemas de competitividade do setor, como a produtividade, qualificação de mão de obra e um certo atraso na inovação.

Por fim, pesa o chamado **Custo Brasil**, como os juros elevados, excessiva burocracia e gargalos de infraestrutura, que tornam os produtos manufaturados mais caros e afetam a sua competitividade.

A indústria brasileira vive um **processo de descentralização**, do Sudeste para as demais regiões, principalmente para a região Sul, e das capitais para o interior dos estados. Os principais fatores que contribuem para a descentralização são: o deslocamento das fábricas para locais com incentivo fiscal do Estado; o crescimento da oferta de mão de obra qualificada fora das capitais, mas que aceita salários menores; o deslocamento de empresas para perto de fornecedores de matérias-primas; a busca de cidades onde o gasto com benefícios trabalhistas é mais baixo; a redução dos custos logísticos, como o do transporte de mercadorias e o crescimento da renda da população em outras regiões do Brasil.

Também é marcante o processo de **desindustrialização** brasileiro. Em 1980, o setor industrial correspondia a 40,9% do PIB. Desde então, essa participação vem diminuindo, com acentuação maior no período mais recente. Em 2010, a indústria representava 27,2% do PIB, percentual que caiu para 22,7% do PIB em 2015.



Não significa que o Brasil está perdendo indústrias, mas que há uma perda de relevância da indústria para o conjunto da economia.

10 – Infraestrutura e Logística

O Brasil enfrenta o chamado “apagão logístico” para exportar seus produtos, principalmente agrícolas e minérios. A matriz de transportes alicerçada em rodovias e a concentração histórica nos portos do Sudeste e do Sul apresentam, há anos, mostras de saturação. Formam-se filas de caminhões aguardando para desembarcar sua carga, e de navios atracados ao largo do Porto de Santos (SP) e de Paranaguá (PR) para recebê-las. As condições de asfalto das estradas são ruins, o que provoca desperdício de grãos; há rodovias com a construção iniciada, mas com a finalização atrasada há décadas, há carência do transporte por ferrovias e hidrovias, faltam, inclusive, caminhões e motoristas.

A falta de silos e de locais para armazenar grãos, seja nas áreas de produção seja nas docas dos portos, também afeta a competitividade do país. O “Custo Brasil”, que envolve gastos com estocagem, transporte e impostos, um dos maiores do mundo, prejudica as exportações.

10.1 Matriz de Transporte

A matriz de transporte de um país é o conjunto dos meios de circulação usados para locomover mercadorias e pessoas. Como o transporte de carga é um dos problemas básicos da economia, é principalmente dele que tratamos quando se fala do assunto.

Uma matriz de transporte eficiente permite deslocar cargas no menor tempo e com o menor preço. Em um país de território extenso, como o Brasil, seu planejamento e estruturação são complexos, pois a infraestrutura de transportes exige muito investimento, uma combinação de diversos meios e previsão das necessidades futuras.

Uma matriz de transporte ideal consegue equacionar as distâncias a serem cobertas com as exigências econômicas e sociais da produção e da população. O objetivo é otimizar recursos e minimizar custos financeiros e ambientais.

Fatores a serem levados em conta para equilibrar a matriz: **transportes rodoviários** são os mais indicados para interligar pontos próximos e cargas urgentes, mas não muito volumosas; **transportes ferroviários** são adequados para trajetos médios ou longos em que haja a necessidade de locomover grandes volumes de produção; **transportes hidroviários** são adequados a grandes volumes de carga, com um tempo maior para a entrega; **transportes aéreos** são os de frete mais caro, por isso, esse tipo de transporte é usado basicamente para cargas delicadas, como eletroeletrônicos, ou perecíveis, como frutas e flores, ou de urgência extrema e **transportes dutoviários** são uma opção para um fluxo garantido e contínuo de gás ou petróleo.



A matriz de transporte brasileira é desequilibrada, com o **predomínio do transporte rodoviário (rodoviarismo)**. Em 2015, a maior parte do transporte de carga do país (65%) foi feita por rodovias, 15% por ferrovias, 16% por hidrovias e cabotagem (transferência entre portos marítimos), 4% por dutovias e menos de 1% por via aérea.

O principal resultado do desequilíbrio da matriz é o **alto custo nacional do transporte de carga**. Por exemplo, para transportar soja por hidrovia, paga-se um terço do que é gasto via ferrovia e um quinto do necessário para levá-la por estradas. Como as grandes plantações de soja do Brasil estão longe do litoral e há falta de ferrovias e hidrovias, a maioria dos produtores de soja tem de pagar o transporte por longos trajetos de caminhões, deixando boa parte dos seus ganhos com a transportadora.

Além disso, boa parte das rodovias encontram-se em estados de má conservação, o que acaba sendo responsável por um aumento médio de 30% no custo operacional para escoamento de soja e milho, dois expoentes da pauta de exportação brasileira.

O impacto do custo elevado do transporte recai sobre o custo dos produtores, das empresas e das mercadorias. Por isso, encarecem tanto o preço dos produtos vendidos dentro do país quanto aqueles que exportamos, e a redução desses custos é importante para a melhoria da economia.

Transporte Intermodal

Atualmente, a modernização, manutenção e expansão da matriz de transportes se baseiam num processo chamado intermodalidade ou transporte intermodal.

O transporte intermodal é o planejamento de longo prazo para construir e integrar as várias opções de transporte, por dutos, estradas, ferrovias, rios e pelo ar. Por exemplo: transportar determinada carga por caminhão até um trem ou barcaça que a levará até um porto de exportação. Sua consolidação viabiliza a construção de galpões logísticos para estocar produtos.

Concessões

Com as contas públicas desequilibradas, o governo federal não tem dinheiro em caixa para bancar as obras necessárias à ampliação da malha de transportes pelo Brasil. Uma das alternativas para desatar esse nó logístico tem sido a adoção de um modelo conhecido como concessão.

Concessão é um sistema pelo qual o governo transfere à iniciativa privada serviços de construção, reformas, infraestrutura e administração de rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. Nessa transferência, as empresas fazem um investimento que, naturalmente, terá algum retorno financeiro. Por exemplo, uma empresa assume as obras de duplicação de uma rodovia. Em troca, ela recolhe o pedágio cobrado dos motoristas.

A concessão tem sido a principal forma utilizada pelo governo para conseguir investimentos e resolver problemas do setor, mas reduziram seu ritmo com a crise econômica e política que se arrasta no Brasil. A área de transporte é estratégica para a economia do país, pois dela depende o escoamento da produção tanto para o consumo e uso internos quanto para as exportações.



10.2 Matriz Energética

Matriz energética é o conjunto dos recursos de energia de uma sociedade ou região e as formas como eles são utilizados. Quando falamos em matriz energética e consumo de energia, estamos nos referindo ao total da energia produzida e consumida no mundo ou em um país, o que é diferente de **matriz elétrica**, a qual se refere à geração ou à produção e consumo de energia elétrica.

A energia pode ser classificada em **energia limpa e suja** e em **energias renováveis e não renováveis**.

Energia limpa é aquela que não libera, durante seu processo de produção ou consumo, resíduos ou gases poluentes geradores do efeito estufa e do aquecimento global. As fontes de energia que liberam quantidades muito baixas desses gases ou resíduos também são consideradas fontes de energia limpa.

Principais fontes de energia limpa: água (hidrelétricas), ventos (energia eólica), sol (energia solar), marés (energia maremotriz), matéria orgânica (biocombustíveis) e urânio (energia nuclear).

Energia suja é aquela que polui a atmosfera e libera resíduos ou gases poluentes geradores do efeito estufa e do aquecimento global. São usadas, principalmente, para a geração de energia elétrica (caso das usinas termelétricas que usam carvão mineral) ou em meios de transporte (caso da gasolina e do diesel).

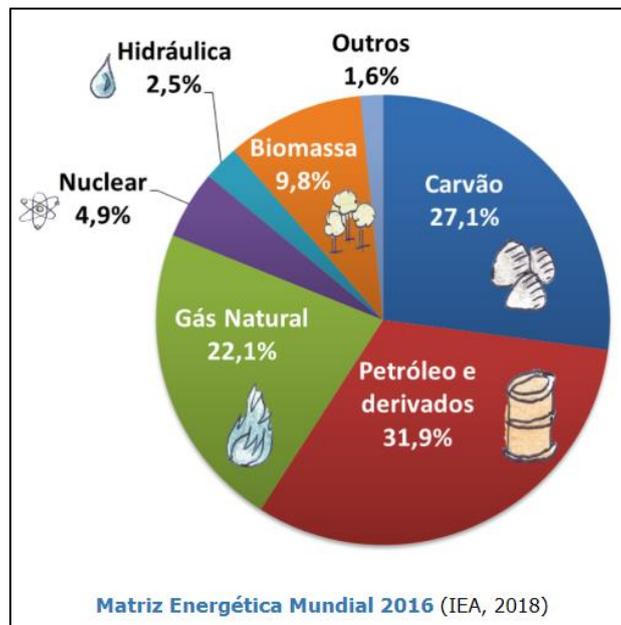
Exemplos de fontes de energia suja: petróleo (gasolina, diesel e querosene de aviação), carvão mineral, carvão vegetal (lenha), e gás natural.

Energia renovável é aquela originária de fontes naturais que possuem a capacidade de regeneração (renovação), ou seja, não se esgotam. Exemplos desse tipo de fonte são os ventos (energia eólica), o sol (energia solar), a água (hidrelétricas), a biomassa (fonte vegetal), o calor interno do planeta Terra (geotérmica) e a força das marés (maremotriz).

Energia não renovável é aquela em que não é possível repor o que se gasta, pois são necessários milhões de anos para as fontes serem formadas na natureza. São os combustíveis fósseis (carvão mineral, gás natural e petróleo) e a energia nuclear.

A participação das fontes de energia suja e não renováveis são predominantes na matriz energética mundial, com percentual de 86% de não renovável em 2016, destacando-se o petróleo, o carvão e o gás natural.





O **petróleo** é a fonte mais utilizada na matriz energética mundial. Venezuela, Canadá, Irã e Iraque detêm as maiores reservas mundiais. Os maiores produtores mundiais são Estados Unidos, Rússia e Arábia Saudita. A Arábia Saudita é o maior exportador mundial, ao passo que a China é o maior importador do líquido.

O **carvão mineral** é a segunda fonte de energia mais utilizada no mundo, devido à abundância de suas reservas. A maioria dessas reservas está no Hemisfério Norte, principalmente nos Estados Unidos, na China, na Rússia e na Índia. Sua utilização se dá em grande parte para a geração de energia elétrica, sendo a fonte mais utilizada na matriz elétrica mundial.

O predomínio das fontes não renováveis na matriz energética mundial representa um problema sério. Primeiramente, levam milhares de anos para se formarem, e com a velocidade com que estão sendo utilizadas, inevitavelmente elas se esgotarão. Segundo, o processo de geração de energia pela queima dos combustíveis fósseis é o mais poluente dos processos energéticos utilizados atualmente. A queima de combustíveis fósseis libera gases poluentes na atmosfera, entre eles os gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono (CO₂), por exemplo.

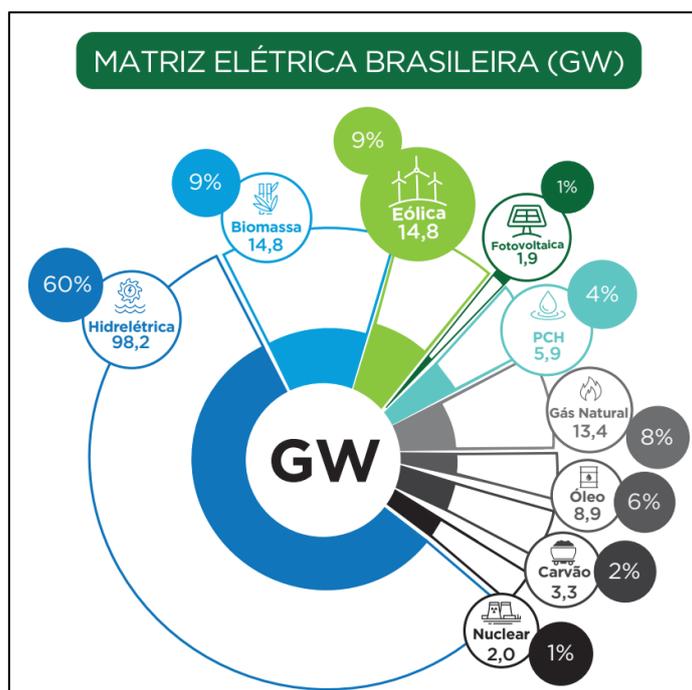
Contudo, os investimentos em **fontes renováveis** estão crescendo no mundo. O líder mundial no setor é a China.

Apesar de possuir uma matriz energética predominantemente suja e não renovável, o **Brasil** tem a matriz energética **mais equilibrada** entre as grandes nações. Em 2017, a energia renovável respondeu por 42,9% do total consumido no país. Veja a figura a seguir:





A **matriz elétrica brasileira** é predominantemente **limpa e renovável**. A geração pelas **hidrelétricas** (fonte hídrica) responde por mais da metade de toda energia elétrica produzida no Brasil.



Observação: PCH são as pequenas centrais hidrelétricas. Assim, o percentual total da fonte hídrica é de 66,4%.

Fonte: Infovento – ABEEólica (fevereiro de 2019)



O **petróleo** é a fonte mais utilizada na matriz energética brasileira. Os seus principais usos são nos transportes e na indústria. Em 2008, grandes reservas de petróleo foram descobertas no Brasil, na camada pré-sal. Mais da metade da produção de petróleo no Brasil já provém do pré-sal.

O **gás natural** é a fonte de energia que vem apresentando as maiores taxas de crescimento na participação em nossa matriz energética. O Rio de Janeiro é o maior produtor, seguido por Espírito Santo e Amazonas.

O **carvão mineral** é pouco utilizado, pois as reservas do nosso país, além de escassas, são de baixa qualidade. O Rio Grande do Sul possui 90% das reservas e boa parte do restante encontra-se em Santa Catarina.

Apesar de grande parte da **energia elétrica** ser produzida pelas águas, o Brasil ainda possui um **grande potencial hidrelétrico inexplorado**. As bacias hidrográficas que mais contribuem para a geração de energia hidrelétrica no país são as bacias dos rios Paraná e São Francisco. O maior potencial hidrelétrico inexplorado está na bacia Amazônica.

A **energia nuclear** é pouco representativa no país, que conta com apenas com duas usinas de geração de energia elétrica.

A **biomassa** é a segunda fonte de energia que mais participa da matriz energética brasileira, e sua participação tem sido crescente ao longo dos anos. Os combustíveis de biomassa mais utilizados são o **etanol** (álcool de cana, no caso brasileiro) e o **biodiesel** (feito de oleaginosas). O Brasil é o segundo maior produtor mundial de etanol.

O Brasil possui um ótimo potencial para geração de **energia solar**, mas a sua utilização ainda é inexpressiva no país, sobretudo devido aos elevados custos de instalação dos parques eólicos, cujos componentes são em grande parte importados.

O Brasil possui um ótimo potencial para geração de **energia eólica**, concentrado basicamente no Nordeste e no Rio Grande do Sul. Especialistas afirmam que o país é detentor dos melhores ventos do mundo, constantes, unidirecionais e sem grandes rajadas. A geração eólica segmento que mais cresce percentualmente na matriz energética e na matriz elétrica brasileira. A maior parte da energia eólica gerada no Brasil e a maior parte dos parques eólicos está no Nordeste, respondendo por mais da metade da energia elétrica gerada e consumida na região, na qual, o único estado que não possui parques eólicos e não gera energia eólica é Alagoas. Os estados com maior geração e parques eólicos são o Rio Grande do Norte, Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul e Piauí.

Embora seja uma das fontes mais limpas e sustentáveis de energia, não liberando CO₂ na atmosfera e diminuindo a dependência dos combustíveis fósseis, os parques de energia eólica podem causar alguns pequenos impactos ambientais, como: ruídos provocados pelas turbinas, impacto visual, interferência eletromagnética no sinal de rádio e televisão e a morte de aves no impacto com as turbinas. No entanto, ainda é tida como uma das melhores soluções para a questão ambiental na geração de energia.

Muitos parques eólicos são instalados em regiões de baixo desenvolvimento econômico. A chegada dos parques movimenta a economia e o arrendamento de terras contribui para a fixação do homem no campo e gera melhorias na qualidade de vida das comunidades envolvidas.



11 – Reforma da Previdência

A PEC da Reforma da Previdência foi aprovada em 2019 pelo Congresso Nacional e promulgada como a **Emenda Constitucional nº 103 de 2019**. O Governo Federal e defensores da reforma argumentaram que ela é necessária para evitar a quebra do sistema previdenciário brasileiro e para que o governo não fique continuamente cobrindo déficits previdenciários, cada vez maiores, deixando de investir recursos em outras áreas de políticas públicas.

Os dados governamentais apresentados indicam **déficit crescente** na Previdência Social. Segundo o governo, no Brasil as pessoas se aposentam muito cedo, em comparação com outros países, que adotam uma idade mínima para as pessoas se aposentarem.

A expectativa de vida do brasileiro cresce a cada ano e a **população brasileira está envelhecendo**. O Brasil, aos poucos, transforma-se de um país de jovens para um de idosos. Conforme a expectativa de vida aumenta e a taxa de crescimento vegetativo da população diminui, chegaremos em breve a um cenário de muitos trabalhadores inativos sustentados por poucos trabalhadores ativos. Assim, a revisão das regras da Previdência é imperativa, da mesma forma como aconteceu em outros países ao redor do mundo.

A PEC promoveu mudanças nas aposentadorias do RGPS (Regime Geral de Previdência Social), dos trabalhadores do setor privado, e do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), dos servidores públicos civis.

As novas regras não valerão para os servidores estaduais e dos municípios com regime próprio de Previdência, uma vez que o projeto aprovado na Câmara dos Deputados tirou a extensão das regras da reforma para estados e municípios.

Vejamos os principais pontos da proposta aprovada no Congresso Nacional:

I – Idade mínima e tempo de contribuição:

Foi estabelecida uma idade mínima de aposentadoria. Ao final do tempo de transição, deixa de haver a possibilidade de aposentadoria por tempo de contribuição. A idade mínima de aposentadoria será de 62 anos para mulheres e de 65 para homens tanto para a iniciativa privada quanto para servidores.

Na nova regra do Regime Geral, o tempo mínimo de contribuição será de 15 anos para mulheres e 20 anos para homens. Para quem já está no mercado de trabalho, porém, o tempo mínimo de contribuição será de 15 anos para homens e de 15 anos para mulheres.

Para os servidores, o tempo de contribuição mínimo será de 25 anos, com 10 de serviço público e 5 no cargo em que for concedida a aposentadoria.

Além de aumentar o tempo para se aposentar, a reforma também eleva as alíquotas de contribuição para quem ganha acima do teto do INSS e estabelece regras de transição para os atuais assalariados.

Professores do ensino básico, policiais federais, legislativos e agentes penitenciários e educativos terão regras diferenciadas.



II – Mudança na alíquota de contribuição: A proposta aprovada prevê uma mudança na alíquota paga pelo trabalhador. Os trabalhadores que recebem um salário maior vão contribuir com mais. Já os recebem menos vão ter uma contribuição menor, de acordo com a proposta.

Haverá também a união das alíquotas do regime geral – dos trabalhadores da iniciativa privada – e do regime próprio – aqueles dos servidores públicos. As novas alíquotas serão progressivas e serão calculadas apenas sobre a parcela de salário que se enquadrar em cada faixa.

As alíquotas efetivas (percentual médio sobre todo o salário) irão variar entre 7,5% e 11,68%, conforme proposta original apresentada pelo governo. Para os servidores públicos, as alíquotas efetivas irão variar de 7,5% a mais de 16,79%.

III – Cálculo do Benefício: Pelas novas regras, o valor da aposentadoria será calculado com base na média de todo o histórico de contribuições do trabalhador (não descartando as 20% mais baixas, como é feito atualmente).

Ao atingir o tempo mínimo de contribuição (20 anos se homem, 15 se mulher para aqueles que ingressarem no mercado de trabalho depois de aprovada a reforma), os trabalhadores do regime geral terão direito a 60% do valor do benefício integral, com o percentual subindo 2 pontos para cada ano a mais de contribuição. Para ter direito a 100% da média dos salários, a mulher terá que contribuir por 35 anos e o homem, por 40 anos.

Para os homens que já estão no mercado de trabalho, embora o tempo de contribuição mínimo tenha sido reduzido de 20 anos para 15 anos, o valor do benefício na regra de transição só subirá a partir de 21 anos de contribuição. Com isso, entre 15 e 20 anos, o percentual será de 60% da média de todos os salários e só terá direito ao benefício de 100% os homens que atingirem 40 anos de contribuição.

Para as mulheres, a contribuição mínima será de 15 anos tanto para quem já está no mercado, quanto para quem ainda vai ingressar. E o benefício de 100% será garantido sempre com 35 anos de contribuição.

Quem se aposentar após o período de transição, poderá receber mais de 100% do benefício integral. O valor, no entanto, não poderá ser superior ao teto (atualmente em R\$ 5.839,45), nem inferior a um salário mínimo.

Para os servidores, o cálculo do benefício é semelhante ao do INSS, mas o benefício mínimo será de 60% com 20 anos de contribuição, tanto para homens quanto para mulheres, subindo também 2 pontos percentuais para cada ano a mais de contribuição. A regra, porém, valerá apenas para quem ingressou após 2003. Para aqueles que ingressaram até 31 de dezembro de 2003, a integralidade da aposentadoria (valor do último salário) será mantida para quem se aposentar aos 65 anos (homens) ou 62 (mulheres).

O texto também garante o reajuste anual dos benefícios pela inflação. **IV – Regras de transição:** A proposta prevê 5 regras de transição, sendo 4 exclusivas para os trabalhadores da iniciativa privada que já estão no mercado, uma específica para servidores e uma regra em comum para todos. Parte das regras vão vigorar por até 14 anos depois de aprovada a reforma. Já a regra de aposentadoria por idade (com 15 anos de contribuição para ambos os sexos) será garantida para todos que já atuam no mercado. Pelo texto, o segurado poderá sempre optar pela forma mais vantajosa.



O que não mudou

I - Aposentadoria rural: Pelo texto, a idade mínima fica mantida em 55 anos para mulheres e 60 para homens. O tempo mínimo de contribuição também fica em 15 anos para mulheres e para homens. A proposta atinge, além de trabalhadores rurais, pessoas que exercem atividade economia familiar, incluindo garimpeiro e pescador artesanal.

II – Benefício de Prestação Continuada (BPC): O texto permite que pessoas com deficiência e idosos em situação de pobreza continuem a receber 1 salário mínimo a partir dos 65 anos.

III - Abono salarial: O pagamento do abono salarial segue sendo pago a trabalhadores com renda de até dois salários mínimos.

IV - Salário-família e auxílio-reclusão: O texto define que os beneficiários do salário-família e do auxílio-reclusão devem ter renda de até R\$ 1.364,43.

12 – Plano Mais Brasil

O presidente Jair Bolsonaro apresentou ao Congresso Nacional, no dia 05 de novembro de 2019, um pacote de medidas, denominado **Plano Mais Brasil – Transformação do Estado**.

O pacote é dividido em três Propostas de Emenda à Constituição – PECs: PEC do Pacto Federativo, PEC Emergencial e PEC dos Fundos Públicos.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o Plano Mais Brasil tem como objetivo reformar o Estado brasileiro para que o país tenha responsabilidade com as futuras gerações e que as medidas buscam o equilíbrio das contas públicas em conjunto com o crescimento da economia.

A PEC do Pacto Federativo

A PEC do Pacto Federativo é vista como a mais importante dentre as três incluídas no pacote de medidas. A PEC busca mudar a dinâmica dos gastos obrigatórios brasileiros, alterando a forma como os recursos e as despesas são distribuídos entre a União, os estados e os municípios.

O Pacto Federativo é uma proposta para um novo modelo fiscal, que tem por objetivo conferir uma maior autonomia financeira a estados e municípios na distribuição dos recursos públicos e em suas aplicações, ampliando também a responsabilidade dos gestores.

A proposta está fundamentada em três pilares: desvincular, desindexar e desobrigar gastos.

Inclui medidas como:

- Unificação dos pisos previstos em lei para gastos com saúde e educação dos estados e municípios.



- Estados e municípios receberão toda a arrecadação do salário-educação e caberá a cada ente definir a utilização desses recursos.
- Extinção de municípios com menos de cinco mil habitantes e arrecadação própria menor que 10% da receita total.
- Alteração no processo de distribuição dos recursos do pré-sal aos estados e aos municípios e encerramento das disputas judiciais da Lei Kandir.
- União deixará de ser fiadora de empréstimos que estados e municípios tomarem de bancos nacionais e internacionais.
- A partir de 2026, a União não poderá mais socorrer estados e municípios que estiverem com dificuldades fiscais e financeiras.
- Os benefícios tributários serão reavaliados a cada 4 anos. No âmbito federal, eles não poderão ultrapassar 2% do PIB.
- Extinção do Plano Plurianual – PPA e criação do orçamento de longo prazo.
- Criação de despesas legais e judiciais apenas com previsão no orçamento.
- Contingenciamento de gastos nas esferas estaduais e municipais.
- Uniformidade na interpretação de conceitos orçamentários-financeiros.
- Criação do Estado de Emergência Fiscal, para que, em situações de forte fragilidade fiscal, os Entes acionem mecanismos automáticos de ajustes para redução dos gastos.

A PEC dos Fundos Públicos

A PEC dos Fundos Públicos propõe extinguir todos os fundos orçamentários infraconstitucionais que, no prazo de dois anos, não forem convalidados por meio de lei complementar específica. Nos cálculos do governo, atualmente, 248 fundos públicos infraconstitucionais somam cerca de R\$ 220 bilhões que estão sem destinação específica, recursos que, com a aprovação, serão destinados à amortização da dívida pública.

A PEC Emergencial

A PEC Emergencial prevê gatilhos - mecanismos automáticos de ajustes - para reduzir despesas obrigatórias com o objetivo de abrir espaço para o uso do orçamento com a recomposição do investimento e de garantir condições para que estados e municípios ajustem suas contas.

A proposta é basicamente uma versão enxuta de medidas já contidas no pacto federativo.

A PEC é dividida em duas partes: uma permanente e outra temporária. As temporárias são as mesmas constantes no pacto federativo, entretanto, com vigência de **dois anos**.



QUESTÕES COMENTADAS



1. (VUNESP/PREFEITURA DE FERRAZ DE VASCONCELOS/GUARDA MUNICIPAL – 2020) O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil registrou um tombo histórico de 9,7% no segundo trimestre, na comparação com os três primeiros meses do ano, segundo dados divulgados nesta terça-feira pelo IBGE. Em relação a igual período de 2019, o PIB caiu 11,4%. Ambas as taxas foram as quedas mais intensas da série, iniciada em 1996.

(El Pais. encurtador.com.br/gm478. Publicado em 01.09.2020)

Sobre o contexto econômico atual, é correto afirmar que

- (A) os setores mais afetados por essa retração econômica foram o industrial e o de serviços.
- (B) tem ligação direta com a queda vertiginosa das exportações, sobretudo para a Europa.



(C) não se relaciona às medidas sanitárias e faz parte da recessão econômica que ocorre desde o ano passado.

(D) o Brasil teve o pior desempenho econômico se comparado a todos os países da América Latina.

(E) o auxílio emergencial não influenciou em nenhuma esfera os atuais resultados na economia nacional.

COMENTÁRIOS:

No segundo trimestre de o 2020, o PIB brasileiro registrou o maior tombo desde 1996. O resultado foi influenciado fortemente pelos efeitos da pandemia do coronavírus na atividade econômica e os efeitos das medidas de isolamento social. O segundo trimestre, que compreende os meses de maio, junho e julho, foram o pico da pandemia no país, quando as medidas de distanciamento e isolamento social mais foram difundidas e adotadas.

A maior queda se deu no setor industrial (-12,3%), causada pela paralisação das atividades manufatureiras. O setor de serviços foi o segundo com maior queda (-9,7%). Já o setor da agropecuária apresentou variação positiva de 0,4%. Portanto, nosso gabarito é a letra "A". Vamos analisar o erro das demais alternativas:

b) Incorreta. Frente à pandemia de coronavírus, o comércio global diminuiu significativamente, sobretudo em relação às mercadorias industrializadas, já que grande parte das indústrias paralisaram suas atividades. Contudo, como o Brasil é um grande exportador de commodities, produtos em seu estado bruto ou pouco processados, não teve uma grande queda em suas exportações, que, inclusive, registraram alta de 1,8%, ao passo que as importações recuaram 13,2%.

c) Incorreta. O contexto econômico do segundo trimestre de 2020 se relacionou às medidas sanitárias do distanciamento e isolamento social, que paralisaram parcial ou totalmente as atividades econômicas para o enfrentamento da pandemia, sobretudo às do setor industrial e de serviços.

d) Incorreto. Apesar do desempenho ruim, o Brasil não teve o pior desempenho econômico se comparado a todos os países da América Latina. O Peru teve a pior queda, -27,2%. Outros países que também registraram queda maior foram o México (-17,1%), Colômbia (-14,9%) e Chile (-13,2%).

e) Incorreto. O auxílio emergencial influenciou os resultados. Economistas apontaram que, ainda que o benefício não tenha sido suficiente para reverter a queda de 9,7% do PIB no segundo trimestre de 2020, o tombo seria bem maior se não houvesse a transferência de renda, podendo chegar a mais de 15%.

Gabarito: A

(LEANDRO SIGNORI/2020) O pacote de medidas pós-reforma da Previdência, "Plano Mais Brasil – A transformação do Estado", pretende transformar o Estado brasileiro em várias dimensões, disse o ministro da Economia, Paulo Guedes. Essa transformação ocorrerá nas dimensões: tributária, administrativa e de descentralização de recursos.

Internet: <<https://valor.globo.com>> (com adaptações).

A respeito do Pacote anticrime, julgue os itens a seguir.



2. Três propostas de emendas à Constituição Federal de 1988 (PEC) compõem o pacote de medidas: PEC do Pacto Federativo, PEC dos Fundos Privados e PEC Emergencial.

COMENTÁRIOS:

As três Propostas de Emenda Constitucional (PECs) que compõem o pacote de medidas do Plano Mais Brasil são: PEC do Pacto Federativo, PEC dos Fundos **Públicos** e PEC Emergencial.

Gabarito: Errado

3. As medidas propostas têm como um dos objetivos dar mais autonomia financeira para estados e municípios.

COMENTÁRIOS:

A base da PEC do Pacto Federativo é conceder maiores recursos e autonomia financeira para estados e municípios. Segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, as propostas irão permitir que estados e municípios decidam a forma mais eficaz de aplicar os recursos orçamentários.

Gabarito: Certo

4. A PEC Emergencial, por conta dos mecanismos automáticos de ajustes, é a única que tem como finalidade a aceleração do crescimento econômico do país.

COMENTÁRIOS:

Um dos objetivos da PEC Emergencial, por conta dos mecanismos automáticos de ajustes e da adoção de medidas que reduzam os gastos públicos, é justamente acelerar o crescimento econômico do país. No entanto, ela não é a única que conta com essa finalidade, todas as três medidas em conjunto visam atingir esse fim.

Gabarito: Errado

5. A União, a partir de 2026, somente fornecerá garantias às operações de estados e municípios com organismos internacionais.

COMENTÁRIOS:

Uma das proposições do Plano Mais Brasil estabelece que, a partir de 2026, a União não será mais fiadora de empréstimos de estados e municípios. Somente fornecerá garantias às operações de estados e municípios com organismos internacionais. Além disso, a União, a partir de 2026, também ficará proibida de socorrer estados e municípios em dificuldade financeira.

Gabarito: Certo

6. Uma das PECs que integra o Plano Mais Brasil estabelece que os municípios de até cinco mil habitantes deverão ser incorporados a outros municípios vizinhos.



COMENTÁRIOS:

A proposta da PEC do Pacto federativo prevê que os municípios de até cinco mil habitantes deverão comprovar, até o dia 30 de junho de 2023, sua sustentabilidade financeira, que deverá corresponder a ter no mínimo 10% de receita própria, por meio da arrecadação de impostos municipais.

Ou seja, não são todos os municípios de até cinco mil habitantes deverão ser incorporados a outros municípios vizinhos. Apenas os municípios que não comprovarem sua sustentabilidade financeira deverão ser incorporados a algum dos municípios limítrofes.

A proposta ressalta que poderão ser incorporados até três municípios por um único município incorporador.

Gabarito: Errado

(QUADRIX/CRN 9/2019 – AUXILIAR OPERACIONAL) A União Europeia é o segundo maior comprador do agronegócio brasileiro, tendo sido o destino de 17,6% das exportações do setor neste ano, que geraram US\$ 9,9 bilhões até julho, ficando atrás apenas da China.

Internet: <<https://g1.globo.com>> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens.

7. A China é grande importadora de proteína animal do Brasil e aumentou as compras desse produto após a eclosão da chamada “peste suína”, em 2018.

COMENTÁRIOS:

A China é o maior comprador de produtos brasileiros. Dentre os produtos comercializados com a China, tem destaque a soja, o minério de ferro e a proteína animal.

Com a eclosão da peste suína em 2018, agravada em 2019, a China aumentou as compras de carne do Brasil, já que a sua produção interna foi afetada devido à doença que dizimou mais de 160 milhões de suínos no país.

Gabarito: Certo

8. Com a guerra comercial entre Estados Unidos e China, as exportações brasileiras de soja para o país asiático deverão aumentar em 2019, em relação ao ano anterior.

COMENTÁRIOS:

A China é o maior importador de soja do mundo. Além de importar muito do Brasil, também importa muita soja dos Estados Unidos, que é um dos grandes produtores agrícolas do mundo.

Na guerra comercial entre China e EUA, o governo de Xi Jinping passou a tributar em 25% diversos produtos agrícolas americanos, entre eles, a soja. Como o grão estadunidense ficou mais caro, a China substituiu parcialmente as compras dos EUA pelo produto do Brasil. Com isso, o Brasil se tornou o maior exportador de soja para China em 2019, ultrapassando os EUA.



Gabarito: Certo

9. A União Europeia é um grande mercado para as commodities do Brasil, mas não importa produtos industrializados do País, para proteger sua indústria.

COMENTÁRIOS:

A União Europeia é um grande mercado para as commodities do Brasil. Os principais produtos exportados do Brasil para o bloco são a soja e seus derivados, café, minério de ferro e celulose.

Entretanto, embora sejam pouco representativos na pauta das exportações brasileiras, a União Europeia também importa produtos industrializados do Brasil, como suco de laranja, ligas de ferro, tubos flexíveis de ferro e aço e aviões.

Gabarito: Errado

(QUADRIX/CRB-6/2019 – BIBLIOTECARIO FISCAL) O governo federal inaugurou, no dia 5 de agosto de 2019, a primeira etapa da usina solar fotovoltaica flutuante, que transforma a luz solar em energia elétrica, instalada, pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), no reservatório da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, na Bahia.

Internet: <www.bol.uol.com.br> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens.

10. Uma das vantagens desse tipo de usina é que se pode aproveitar as subestações e as linhas de transmissão utilizadas para a distribuição da energia produzida pela hidrelétrica.

COMENTÁRIOS:

Uma das vantagens desse tipo de usina é a complementariedade entre as duas formas de geração de energia. Como está no lago da usina de Sobradinho, pode-se aproveitar as subestações e as linhas de transmissão utilizadas para a distribuição da energia produzida pela hidrelétrica, não necessitando a construção de uma nova rede de infraestrutura para transmissão e distribuição da energia.

Gabarito: Certo

11. Apesar dos baixos índices de intensidade da radiação solar no Nordeste, a região foi escolhida para a instalação da usina pelo alto potencial de crescimento e pela demanda energética.

COMENTÁRIOS:

A região Nordeste apresenta altos índices solarimétricos (intensidade da radiação solar) sendo uma área com grande potencial para geração de energia a partir da fonte solar. Por esse motivo e pela demanda energética, foi escolhida para a instalação da usina.

Gabarito: Errado



12. (FCC/SABESP/2019) O indicador caiu 0,2%, no primeiro trimestre de 2019, em relação ao quarto trimestre de 2018, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado coloca o país na fronteira de uma recessão técnica.

(Disponível em: www.elpais.com.br. Adaptado).

O indicador que revela a possibilidade de recessão da economia brasileira é

- a) o Plano Safra.
- b) a Balança comercial.
- c) a Produção industrial.
- d) o Produto Interno Bruto.
- e) o Pleno emprego.

COMENTÁRIOS:

A questão se refere ao Produto Interno Bruto (PIB) que teve crescimento negativo de 0,2% no primeiro trimestre de 2019, em relação ao quarto trimestre de 2018, conforme o IBGE.

A questão fez referência à recessão técnica e à recessão, termos que são utilizados no monitoramento da evolução do PIB. Quando há um crescimento negativo por dois trimestres consecutivos, a economia de um país entra em recessão. Quando o crescimento negativo ocorre por três ou mais trimestres a economia de um país está em recessão.

O PIB é uma medida do valor dos bens e serviços que o país produz num período de tempo, somando as três grandes áreas da economia: agropecuária, indústria e serviços. Com o PIB, é possível medir a atividade econômica e o nível de riqueza de uma região. Quando o PIB aumenta, mais se produz, mais se está consumindo, investindo e vendendo.

Gabarito: D

13. (VUNESP/PM SP/2019 – SOLDADO) O saldo da balança comercial em 2018 foi de US\$ 58,3 bilhões. Em 02 de janeiro de 2019, de acordo com o Ministério da Economia, esse é o “segundo melhor desempenho do comércio externo registrado desde 1989”. O saldo contabiliza a diferença entre as exportações e as importações.

(Agência Brasil. <https://bit.ly/30wCP53>. Acesso em 17.06.2019. Adaptado)

A respeito do comércio externo brasileiro, pode-se afirmar que

- a) as exportações de ferro apresentaram forte redução na quantidade e no preço.
- b) o Brasil abandonou as trocas comerciais com os países vizinhos sul-americanos.



- c) mais da metade dos produtos exportados durante o ano são bens manufaturados.
- d) a China, a União Europeia e os Estados Unidos são os principais compradores.
- e) o Brasil figurou entre os três maiores exportadores do mundo, superando a Alemanha.

COMENTÁRIOS:

a) Incorreto. As exportações de ferro não apresentaram redução na quantidade e no preço em 2018. De acordo com Secretaria de Comércio Exterior (Secex), as exportações de minério de ferro do Brasil cresceram 25,4% em 2018 ante o ano anterior, puxado, sobretudo, pela produção da Vale, especialmente em áreas do Pará. Contudo, não era necessário ter conhecimento desse dado para resolver a questão. Uma maneira de raciocinar seria considerando que o ferro é um dos principais produtos de exportação do Brasil, responsável por boa parte das receitas provenientes das exportações. Se as exportações do ferro tivessem apresentado forte redução, o saldo da balança comercial brasileira muito provavelmente não teria tido o bom desempenho que teve no ano de 2018.

b) Incorreto. Afirmativa absurda. O Brasil não abandonou as trocas comerciais com os países vizinhos sul-americanos. Os países vizinhos sul-americanos são muito importantes para as trocas comerciais do Brasil, sobretudo os países do Mercosul, no qual o Brasil apresenta, ao longo dos anos, uma balança comercial superavitária com o bloco. Destaque também para a Argentina, que é um dos mais importantes parceiros comerciais do Brasil.

c) Incorreto. Bens manufaturados são produtos industrializados, com maior tecnologia e valor agregado, como automóveis. No conjunto das exportações brasileiras, predominam produtos básicos, com baixo valor agregado, como o minério de ferro, grãos e carne.

d) Correto. China, União Europeia e Estados Unidos são, respectivamente, os principais compradores de produtos brasileiros. Se não fossemos considerar a União Europeia como um todo, mas os seus países em separado, a lista dos principais compradores seria diferente. Seriam, respectivamente, China, Estados Unidos e Argentina. Mas, ao considerarmos a União Europeia, ela passa os Estados Unidos e a Argentina na lista de países para os quais o Brasil mais exporta.

e) Incorreto. China, Estados Unidos e Alemanha foram os três maiores exportadores mundiais em 2018, segundo a Organização Mundial do Comércio. O Brasil ficou na distante 27ª posição do ranking.

Gabarito: D

(CEBRASPE/PGE-PE/2019 – ANALISTA JUDICIÁRIO) A história do território brasileiro é, a um só tempo, una e diversa, pois é também a soma e a síntese das histórias de suas regiões. De um ponto de vista genético, as variáveis do espaço brasileiro são assíncronas, mas em cada lugar elas funcionam sincronicamente e tendem a ser assim também quanto ao todo. Daí as discontinuidades que permitiram explicar as diversidades regionais.

Milton Santos e Maria Silveira. Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Record, 2005, p. 23 (com adaptações).



Tendo como referência o texto antecedente, julgue os itens que se seguem, acerca dos fenômenos políticos, econômicos e sociais atuais no Brasil.

14. O Brasil possui destaque na exportação de commodities como minério de ferro, soja, petróleo e açúcar brutos, além de carne de frango, sendo os principais parceiros no comércio exterior brasileiro a China, os EUA e a Argentina.

COMENTÁRIOS:

O Brasil é um grande exportador de commodities, tais como o minério de ferro, a soja em grão, o café em grão, o milho em grão, a carne in natura, o açúcar, o aço e a celulose. A China é o maior comprador de produtos brasileiros, seguida dos Estados Unidos, da Argentina e dos Países Baixos.

Gabarito: Certo

15. A recente descentralização industrial brasileira é explicada e entendida por intermédio das relações bilaterais e do fortalecimento do MERCOSUL.

COMENTÁRIOS:

A descentralização industrial brasileira não é recente e não tem relação com o MERCOSUL e com relações bilaterais entre o Brasil e outros países.

É explicada pelos seguintes fatores: o deslocamento das fábricas para locais com incentivo fiscal do Estado; o crescimento da oferta de mão de obra qualificada fora das capitais, mas que aceita salários menores; o deslocamento de empresas para perto de fornecedores de matérias-primas; a busca de cidades onde o gasto com benefícios trabalhistas é mais baixo; a redução dos custos logísticos, como o do transporte de mercadorias e o crescimento da renda da população em outras regiões do Brasil.

Gabarito: Errado

16. Os danos provocados pela greve de caminhoneiros ocorrida em 2018 no Brasil só não foram maiores porque o transporte rodoviário é percentualmente menor que o da soma dos demais modais responsáveis pelo transporte de mercadorias no país.

COMENTÁRIOS:

O transporte rodoviário responde por mais da metade das cargas transportadas no Brasil, ou seja, o volume de cargas transportado por esse modal é percentualmente maior do que a soma dos demais modais responsáveis pelo transporte de mercadorias no país. A greve dos caminhoneiros repercutiu diretamente na economia brasileira, influenciando inclusive no baixo crescimento do PIB brasileiro para o ano de 2018. Se a matriz de transportes brasileira fosse mais diversificada, o impacto da greve seria menor.

Gabarito: Errado

17. A desigualdade de renda no Brasil, entre outras questões, é alimentada pelos impostos que incidem sobre a produção e o consumo: essa modalidade faz que a população menos abastada de capital acabe pagando, proporcionalmente, mais impostos.



COMENTÁRIOS:

O Brasil é um dos países mais desiguais do planeta e, segundo especialistas no assunto, a carga tributária é um dos principais fatores para a desigualdade na distribuição de renda. Devido aos impostos incidirem muito mais sobre a produção e o consumo do que sobre a renda, os mais pobres na sociedade acabam pagando, proporcionalmente, mais impostos que os mais ricos.

Gabarito: Certo

(QUADRIX/CRP-SP/2019 – PROFISSIONAL ANALISTA SUPERIOR) Usinas nucleares na rota do furacão Florence nos EUA reacendem fantasma da explosão de Fukushima. Americanos correm contra o tempo para garantir a segurança de reatores nucleares.

Internet: <www.bbc.com> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens a seguir.

18. O texto faz referência a um fato ocorrido no Japão anos atrás, quando um desastre natural danificou uma usina nuclear, aumentando a preocupação com o uso dessa fonte energética.

COMENTÁRIOS:

O texto faz referência ao acidente nuclear ocorrido em Fukushima, no Japão, em 2011, quando um terremoto seguido de um tsunami desencadeou um vazamento nuclear seguido de explosões na área. Os níveis de radiação no entorno da usina superaram em oito vezes o limite de segurança, forçando a evacuação da população em um raio de 20 km ao redor da usina.

Esse acidente despertou debates na comunidade internacional a respeito da viabilidade da energia nuclear. A energia nuclear é considerada uma energia limpa, pois não emite poluentes na atmosfera, mas apresenta problemas em relação à deposição dos resíduos nucleares e, em casos extremos, pode causar grandes tragédias, como a de Fukushima e a de Chernobyl, na Ucrânia, em 1986.

Gabarito: Certo

19. A energia nuclear é considerada como uma energia limpa e renovável.

COMENTÁRIOS:

A energia nuclear é considerada uma energia limpa, pois não libera, durante seu processo de produção ou consumo, resíduos ou gases poluentes geradores do efeito estufa e do aquecimento global.

A energia nuclear é uma energia não renovável, pois os recursos necessários para sua geração levam milhares de anos para se formarem, não sendo possível repô-los.

Gabarito: Errado

20. (LEANDRO SIGNORI/PC DF – SIMULADO/2019) Um milhão de espécies de animais e plantas estão ameaçadas de extinção, segundo o relatório da Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas



sobre Biodiversidade e Serviços de Ecossistema (IPBES). A plataforma da Organização das Nações Unidas (ONU) contou com 145 cientistas de 50 países, no que é considerado o relatório mais extenso sobre perdas do meio ambiente. Desde 1900, a média de espécies nativas na maioria dos principais habitats terrestres caiu em pelo menos 20%. Mais de 40% das espécies de anfíbios, quase 33% dos corais e mais de um terço de todos os mamíferos marinhos estão ameaçados. Pelo menos 680 espécies de vertebrados foram levadas à extinção desde o século 16.

Disponível em: <https://glo.bo/2Vn5r1u>. Adaptado. Acesso em 07/05/2019.

Utilizando o texto presente no enunciado como base e os seus conhecimentos à respeito dos múltiplos aspectos relacionados aos problemas ambientais e a sustentabilidade, julgue o item que se segue:

Apesar do baixo crescimento de utilização da energia solar no Brasil, ela é uma das fontes com maior potencial de utilização no país devido às grandes médias de insolação anuais que o território brasileiro recebe.

COMENTÁRIOS:

A energia solar é, de fato, uma das fontes com maior potencial de utilização no país devido às grandes médias de insolação anuais que o território brasileiro recebe.

A participação de energia solar no Brasil ainda é muito ínfima, mas o seu crescimento anual não é baixo. O crescimento ocorre sobre uma base muito pequena, por isso não se verifica anualmente um grande crescimento dessa fonte sobre o total da matriz energética brasileira, mas ao analisar o crescimento da utilização de energia solar sobre ela mesma, o crescimento é alto. Ou seja, seu crescimento absoluto - no cômputo da matriz energética brasileira - ainda é baixo, mas seu crescimento relativo, - em relação a si mesma -, é alto.

Gabarito: Errado

21. (QUADRIX/CRQ 4ª REGIÃO/2019 – PROFISSIONAL DE ATIVIDADES ESTRATÉGICAS) O Acordo de Paris foi aprovado pelos 195 países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) para reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) no contexto do desenvolvimento sustentável.

Internet: <mma.gov.br> (com adaptações).

A respeito do assunto abordado no texto acima e de temas correlatos, julgue o item.

O Brasil possui uma matriz energética com cerca de 40% de fontes renováveis, o que supera amplamente a participação média mundial.

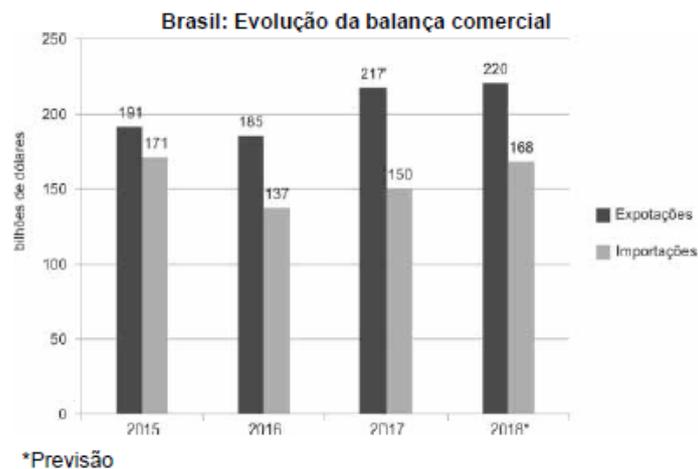
COMENTÁRIOS:

O Brasil é o líder mundial em quantidade de energia renovável, e a única grande economia que produz quase metade da energia que consome de renováveis e próprias. Em 2017, a energia renovável respondeu por 42,9% do total consumido no país, que supera amplamente a participação média mundial, que está abaixo de 15%



Gabarito: Certo

22. (FCC/AFAP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Considere o gráfico abaixo.



(<https://br.advfn.com/indicadores/balanca-comercial/brasil>)

A leitura do gráfico e os conhecimentos sobre o contexto econômico brasileiro permitem afirmar que a balança comercial brasileira

- a) mostra a importância do petróleo no total das importações.
- b) indica que a crise econômica já foi superada.
- c) apresenta superávits em acentuado declínio desde 2016.
- d) torna o país um dos principais líderes do comércio mundial.
- e) tem no agronegócio os principais produtos de exportação.

COMENTÁRIOS:

a) Incorreto. O gráfico não mostra a importância do petróleo no total das importações, pois não distingue os produtos exportados ou importados. Apesar disso, o petróleo é importante no total das importações brasileiras.

b) Incorreto. Apenas os valores da balança comercial não são suficientes para inferir se a crise econômica já foi superada. O crescimento do PIB é o principal parâmetro para aferir se o país superou a crise econômica. O crescimento foi baixo em 2017 e 2018, de 1,1% em cada ano, que indicou que, ao final de 2018, a crise econômica ainda não tinha sido totalmente superada.

c) Incorreto. O gráfico mostra um crescimento de superávit em 2017, em relação ao ano de 2016. E uma queda em 2018, em relação ao ano de 2017. Ou seja, não demonstra superávits em acentuado declínio desde 2016.

d) Incorreto. O gráfico não permite inferir isso, e o Brasil não é um dos líderes do comércio mundial.



e) Correto. Tendo somente o gráfico como referência, não é possível afirmar que o agronegócio é um dos principais produtos de exportação, já que o gráfico não distingue quais são os produtos exportados ou importados. Entretanto, com nossos conhecimentos estudados em aula, sabemos que essa é a alternativa correta. No agronegócio estão muitos dos principais produtos da pauta de exportação brasileira. Como exemplo citamos a soja e derivados, cujo total exportado foi de US\$ 39,88 bilhões em 2018.

Gabarito: E

23. (FCC/AFAP/2019 - ADVOGADO) A partir dos anos de 2015 e 2016, as agências Standard & Poor's, Fitch e Moody's passaram a ser citadas inúmeras vezes pela mídia brasileira, geralmente acompanhada de preocupações do governo federal e da sociedade como um todo.

Em 2018, as agências continuam atuando no Brasil e mantendo as preocupações devido

- a) à retirada do Brasil da lista dos países que são bons pagadores de dívidas e atrativos para investidores.
- b) aos frequentes surtos de doenças transmissíveis decorrentes do déficit no saneamento básico nas áreas urbanas.
- c) à dependência da economia brasileira das exportações de commodities com baixo valor agregado.
- d) ao aumento das áreas de desmatamento na Amazônia, promovido pela ausência de políticas ambientais eficazes.
- e) ao crescimento dos níveis de poluição atmosférica em desrespeito aos compromissos climáticos assinados pelo governo.

COMENTÁRIOS:

As agências citadas pelo enunciado são especializadas na classificação de risco de crédito dos países, com base na análise da situação fiscal, das contas públicas dos países. Elas avaliam regularmente a situação fiscal do país e as medidas que estão sendo tomadas para a melhoria dessa situação fiscal.

Em 2008 e 2009, as três agências elevaram a nota do Brasil para o patamar de grau de investimento. Em 2015 e em 2016, o Brasil teve a sua nota rebaixada para o patamar abaixo do grau de investimento, por essas agências.

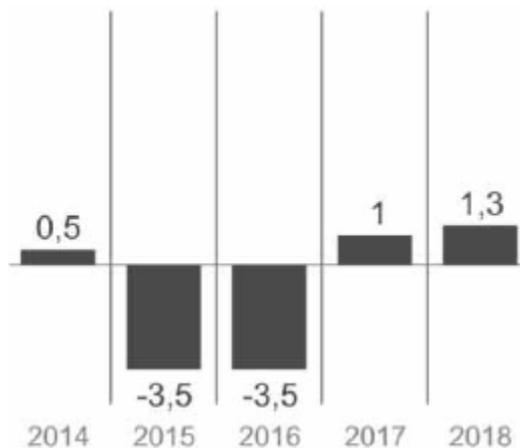
Das alternativas apresentadas, a única que tem relação com o trabalho das agências é "a". As demais são invenções do examinador.

Gabarito: A

24. (FCC/AFAP/2019 - ADVOGADO) Observe o gráfico abaixo para responder à questão.

Brasil: Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) em %





(Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/> – Adaptado)

A leitura do gráfico e os conhecimentos sobre a economia brasileira permitem afirmar que o PIB

- a) em 2017 começou a se recuperar da queda dos anos anteriores devido ao forte impulso do agronegócio e ao início da retomada do consumo das famílias, que esteve em baixa nos anos anteriores.
- b) dos anos de 2015 e 2016 foi resultado de uma conjunção de fatores, como as crises geopolíticas internacionais e os problemas ambientais que provocaram quebras recordes na agropecuária, principal elemento do PIB.
- c) em 2016 mostrou o início de um período de recessão econômica que teve impacto sobre o setor de comércio e de serviços, mas não chegou a gerar crise nos setores da indústria e da administração pública.
- d) em 2017 e 2018 apresentou crescimento robusto e possibilitou ao governo brasileiro honrar os compromissos financeiros assumidos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) nos anos anteriores.
- e) dos anos de 2014 a 2016 foram reflexos das baixas taxas de juros estabelecidas pelo Banco Central e que somente passaram a ser corrigidas a partir de meados do ano de 2017.

COMENTÁRIOS:

O PIB brasileiro teve crescimento negativo em 2015 e 2016, ou seja, a economia esteve em recessão. A crise afetou sim a indústria e a administração pública.

Em 2017, o PIB brasileiro voltou a apresentar crescimento positivo frente às quedas dos anos anteriores. Foi um crescimento modesto, de 1,1%. Nesse ano, o principal fator da retomada do crescimento foi a alta no setor primário, impulsionado principalmente pelo agronegócio. Também contribuiu para o crescimento do PIB o início da retomada do consumo das famílias.

O crescimento do PIB em 2018 também foi modesto, novamente de 1,1%.

Segundo economistas, a recessão dos anos 2015 e 2016 teve como causas os efeitos tardios da crise econômica internacional de 2008 no Brasil e vários erros de condução da política econômica no governo da ex-presidente Dilma Rousseff.



O Brasil não possui empréstimos com o FMI. As taxas de juros estiveram elevadas em 2015 e 2016, mas começaram a cair a partir do segundo semestre de 2016, no governo de Michel Temer.

Gabarito: A

(CEBRASPE/FUB/2018 – CARGOS DE NÍVEL MÉDIO) As fontes de energia, os transportes e as telecomunicações constituem três elementos básicos da infraestrutura econômica — e, em particular, industrial — de um país. São condições para a sua modernização e, ao mesmo tempo, indicadores de desenvolvimento e da sustentabilidade ambiental.

José William Vesentini. Geografia: o mundo em construção. Ática, vol. 2, 2013, p. 41 (com adaptações).

Acerca do assunto abordado nesse fragmento de texto, bem como de múltiplos aspectos a ele relacionados, julgue os itens a seguir.

25. O Brasil adota um sistema equilibrado de frete por transporte terrestre multimodal, por influência, ainda, do nacional-desenvolvimentismo do governo de Juscelino Kubitschek.

COMENTÁRIOS:

O Brasil não adota um sistema equilibrado de frete por transporte terrestre multimodal. O transporte terrestre é predominantemente rodoviário, e boa parte desse predomínio possui influência do governo de Juscelino Kubitschek, que ampliou consideravelmente as rodovias do país e incentivou a instalação de empresas automobilísticas no Brasil. Governos anteriores já vinham relegando o transporte ferroviário a um plano secundário, mas com JK o modal foi amplamente secundarizado. Os governos subsequentes continuaram com a política rodoviarista, abrindo estradas, construindo rodovias e incentivando a produção automobilística, trabalhando muito pouco em direção a ampliação de outros meios de transporte e da intermodalidade.

Gabarito: Errado

26. Os rios navegáveis das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil fazem que o transporte aquaviário seja de importância primordial para a exportação brasileira de commodities.

COMENTÁRIOS:

A maior parte das commodities é transportada das regiões produtoras até os centros de beneficiamento, indústrias e portos exportadores pelo modal rodoviário, sobretudo as da agropecuária. Talvez os minérios sejam a única exceção, já que são intensamente transportados pelo modal ferroviário, como o ferro, e dutos, como o petróleo.

O transporte aquaviário (pelos rios brasileiros) não é de importância primordial para as exportações brasileiras de commodities.

A região Norte dispõe uma ótima rede hidrográfica para o transporte aquaviário, sendo, porém, pouco aproveitada. Em uma escala menor, a região Centro-oeste também possui uma boa rede hidrográfica para o transporte hidroviário, que também é pouco aproveitada.



Gabarito: Errado

27. Apesar das hidrelétricas, dos parques eólicos no Nordeste brasileiro e da difusão da produção de energia solar, o petróleo ainda é a fonte de energia mais importante do Brasil.

COMENTÁRIOS:

O petróleo é a fonte energética mais representativa na matriz energética brasileira, representa cerca de 36,5% de nossa matriz (2016). Apesar disso, na geração de energia elétrica, o petróleo é menos representativo, e o destaque vai para as hidrelétricas. Nos últimos anos, a participação dos parques eólicos na matriz elétrica brasileira tem sido crescente, devido à expansão desse setor, principalmente, na região Nordeste.

A solar é uma fonte energética com insignificante participação na matriz energética brasileira.

Gabarito: Certo

28. Comparada à de outros países, a matriz energética brasileira é a mais diversificada e favorável ao desenvolvimento sustentável, por fazer uso de muitas fontes renováveis.

COMENTÁRIOS:

O Brasil possui uma das matrizes energéticas mais diversificadas do mundo, com boa participação de fontes renováveis e pouco poluentes, se comparada com a de outros países. O destaque está na participação da energia hidrelétrica. Também é representativo na nossa matriz energética a utilização de biomassa, uma energia renovável e pouco poluente, e tem sido crescente a utilização de energia eólica, uma energia limpa e renovável.

Gabarito: Certo

29. A energia elétrica brasileira é gerada, majoritariamente, por força hidráulica.

COMENTÁRIOS:

De acordo com dados de agosto de 2018 (ABEEólica), 66,4% da energia elétrica no Brasil é gerada pelas hidrelétricas, o que representa o maior percentual de contribuição dentre as diferentes fontes energéticas na geração de energia elétrica no país.

Gabarito: Certo

(CEBRASPE/FUB/2018 – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR) Acerca de temas diversos da atualidade, julgue os próximos itens.

30. No contexto econômico das relações internacionais contemporâneas, o Brasil se destaca na produção e exportação de commodities.

COMENTÁRIOS:



O Brasil é predominantemente um exportador de produtos primários e industrializados de baixa tecnologia. Destaca-se como um grande exportador de commodities. Nossos principais produtos agropecuários, minerais e de industrialização básica de exportação são a soja em grão e farelos, petróleo bruto, minério de ferro, celulose, carnes, açúcar de cana em bruto, aço, café em grão e milho em grão.

Commodities são mercadorias produzidas em grande quantidade por um número significativo de produtores e com qualidade uniforme, ou seja, sem significativas distinções em suas características. As commodities tradicionais são produtos agrícolas, como trigo, soja, suco de laranja congelado e boi gordo, e produtos minerais, como petróleo, aço e ouro. Esses produtos básicos são negociados por volume em bolsas de mercadorias. Os seus preços são determinados por sua oferta e procura no mercado mundial.

Gabarito: Certo

31. No Brasil, o significativo crescimento da produção de grãos fez que o país se tornasse o segundo maior produtor de soja do planeta.

COMENTÁRIOS:

A produção de grãos cresceu continuamente nas últimas décadas e continua crescendo. Esse crescimento se dá pelo aumento da produtividade e pela incorporação de novas terras para o plantio de lavouras. O Brasil é um dos gigantes da agropecuária no mundo. É o segundo maior produtor, atrás apenas dos Estados Unidos, e o maior exportador de soja do mundo.

Gabarito: Certo

32. Atualmente, o massivo investimento em ciência e tecnologia tem feito o setor secundário do Brasil desempenhar papel de grande destaque no produto interno bruto nacional, que, atualmente, está entre os dez maiores do mundo.

COMENTÁRIOS:

Os investimentos em ciência e tecnologia não são massivos no Brasil. Em comparação com países desenvolvidos, o país investe pouco nesse segmento. O setor secundário (indústria) não é muito participativo no produto interno bruto, representa pouco mais de 20% do PIB brasileiro.

Conforme dados do FMI, em 2017, o PIB brasileiro era o 9º maior do mundo, ou seja, está entre os dez maiores do mundo

Gabarito: Errado

33. (CESPE/PM-MA/2018 - SOLDADO) O perfil demográfico dos brasileiros tem-se alterado com o aumento da média de idade da população, um dos fatores da crise previdenciária atual.

COMENTÁRIOS:

O perfil demográfico dos brasileiros tem-se alterado nas últimas décadas. A diminuição das taxas de fecundidade e natalidade, ocasionada por fatores como o crescente ingresso da mulher no mercado de trabalho e o melhor planejamento familiar, e o aumento da expectativa de vida, provocado pelas melhores



condições de vida, estão alterando a pirâmide demográfica brasileira, de modo que, na atualidade, se verifica um aumento proporcional na quantidade de adultos e idosos na população e uma diminuição no número de jovens. Na pirâmide demográfica, isso se verifica com um estreitamento da base e uma expansão do meio e do topo da pirâmide.

Com mais idosos no conjunto da população, mais recursos públicos são direcionados para serviços da previdência social, como as aposentadorias e os serviços de saúde. Com isso, as despesas da previdência aumentam e continuarão aumentando, pois a tendência é que continue a crescer o número de idosos na população, o que faz com que a previdência social apresente, nos últimos anos, um déficit crescente.

Devido a esse déficit crescente, a previdência social encontra-se em um cenário de crise. O aumento da média de idade da população é um dos fatores da crise previdenciária atual. As pessoas estão vivendo mais e o sistema tem que custear as aposentadorias por um período bem maior do que se projetou. Argumenta-se que no Brasil as pessoas se aposentam muito cedo.

Gabarito: Certo

34. (VUNESP/PC-SP/2018 – AGENTE DE POLÍCIA) A paralisação dos caminhoneiros vem perdendo força e dá claros sinais de que está próxima do fim. A Polícia Federal Rodoviária (PRF) notificou nesta quinta-feira, 31 de maio, uma grande redução dos pontos de concentração nas rodovias federais. Em todos os Estados, a vida começa a voltar ao ritmo normal.

(Exame, 31.05.18. Disponível em: <https://goo.gl/JsGcc2>. Adaptado)

A paralisação dos caminhoneiros evidenciou

- a) a força do transporte aéreo de cargas na reposição dos estoques.
- b) a perda de importância dos derivados de petróleo no abastecimento.
- c) a dependência da economia brasileira em relação ao rodoviarismo.
- d) a relevância e a extensão da malha ferroviária no Brasil.
- e) o investimento crescente do Brasil no transporte fluvial.

COMENTÁRIOS:

A paralisação dos caminhoneiros evidenciou a dependência da economia brasileira em relação ao transporte rodoviário de cargas, denominada de rodoviarismo. Pela via rodoviária são transportadas grande parte das cargas e de passageiros no Brasil.

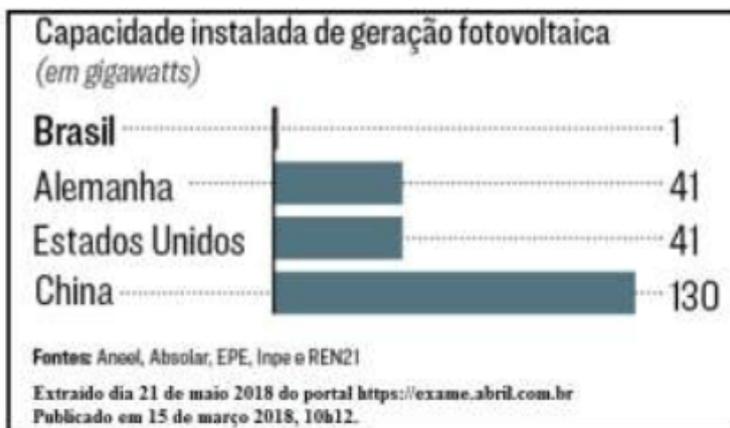
O modal rodoviário apresenta vantagens em curtas distâncias, mas é ruim em longas distâncias, quando o custo passa a ser muito elevado. Para um país de dimensões continentais com o Brasil, isso é péssimo. Outros tipos de transportes que apresentam melhor custo-benefício em longas distâncias foram colocados em segundo plano, como as ferrovias e as hidrovias. A dependência de um único modal não é ruim só para a economia, mas também é prejudicial para o abastecimento interno em casos de paralisação, como ocorreu



na greve dos caminhoneiros, ou em possíveis outros casos extremos que possam vir a prejudicar a fluidez nas estradas.

Gabarito: C

35. (IDECAN/IPC/2018 - PROCURADOR PREVIDENCIÁRIO) A análise do gráfico abaixo nos permite concluir que:



- a) A partir de 2018 passou a ser permitido que qualquer consumidor brasileiro possa produzir a sua própria energia elétrica e comercializá-la com quem preferir.
- b) O Brasil, apesar de ter uma baixa incidência solar, se destaca como uma das maiores potências produtoras de energia solar do mundo.
- c) No que diz respeito à capacidade instalada de geração fotovoltaica, o Brasil está atrás de países que têm menor nível de incidência solar.
- d) O Brasil já conseguiu inverter a sua matriz elétrica que, antes era altamente dependente da água como fonte primária, e agora depende quase que exclusivamente de fontes renováveis como o sol e os ventos.

COMENTÁRIOS:

a) Incorreto. O gráfico não traz essa informação. Por sua vez, está incorreta a afirmação. Desde 17 de abril de 2012, quando entrou em vigor a Resolução Normativa ANEEL nº 482/2012, o consumidor brasileiro pode gerar sua própria energia elétrica a partir de fontes renováveis ou cogeração qualificada e fornecer o excedente para a rede de distribuição de sua localidade. Quando a quantidade de energia gerada em determinado mês for superior à energia consumida naquele período, o consumidor fica com créditos que podem ser utilizados para diminuir a fatura dos meses seguintes. O prazo de validade dos créditos passou de 36 para 60 meses, sendo que eles podem também ser usados para abater o consumo de unidades consumidoras do mesmo titular situadas em outro local, desde que na área de atendimento de uma mesma distribuidora. Esse tipo de utilização dos créditos foi denominado “autoconsumo remoto”. Um exemplo é o da microgeração por fonte solar fotovoltaica: de dia, a “sobra” da energia gerada pela central é passada para a rede; à noite, a rede devolve a energia para a unidade consumidora e supre necessidades adicionais. Portanto, a rede funciona como uma bateria, armazenando o excedente até o momento em que a unidade consumidora necessite de energia proveniente da distribuidora.



b) Incorreto. O Brasil possui uma ótima incidência solar e um ótimo potencial de geração de energia solar, que infelizmente não é bem aproveitado. Por isso, o país não se destaca como uma potência produtora de energia solar no mundo, nossa geração de energia solar ainda é muito pequena.

c) Correto. O Brasil produz menos energia solar do que países que possuem menos potencial de geração dessa energia, como a Alemanha.

d) Incorreto. A matriz elétrica brasileira ainda é altamente dependente da água, isto é, da energia hidrelétrica. Nos últimos anos, entretanto, tem aumentado bastante a geração de energia elétrica através da fonte eólica.

Gabarito: C

LISTA DE QUESTÕES

1. (VUNESP/PREFEITURA DE FERRAZ DE VASCONCELOS/GUARDA MUNICIPAL – 2020) O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil registrou um tombo histórico de 9,7% no segundo trimestre, na comparação com os três primeiros meses do ano, segundo dados divulgados nesta terça-feira pelo IBGE. Em relação a igual período de 2019, o PIB caiu 11,4%. Ambas as taxas foram as quedas mais intensas da série, iniciada em 1996.

(El Pais. encurtador.com.br/gm478. Publicado em 01.09.2020)

Sobre o contexto econômico atual, é correto afirmar que

- (A) os setores mais afetados por essa retração econômica foram o industrial e o de serviços.
- (B) tem ligação direta com a queda vertiginosa das exportações, sobretudo para a Europa.
- (C) não se relaciona às medidas sanitárias e faz parte da recessão econômica que ocorre desde o ano passado.
- (D) o Brasil teve o pior desempenho econômico se comparado a todos os países da América Latina.
- (E) o auxílio emergencial não influenciou em nenhuma esfera os atuais resultados na economia nacional.

(LEANDRO SIGNORI/2020) O pacote de medidas pós-reforma da Previdência, “Plano Mais Brasil – A transformação do Estado”, pretende transformar o Estado brasileiro em várias dimensões, disse o ministro



da Economia, Paulo Guedes. Essa transformação ocorrerá nas dimensões: tributária, administrativa e de descentralização de recursos.

Internet: <<https://valor.globo.com>> (com adaptações).

A respeito do Pacote anticrime, julgue os itens a seguir.

2. Três propostas de emendas à Constituição Federal de 1988 (PEC) compõem o pacote de medidas: PEC do Pacto Federativo, PEC dos Fundos Privados e PEC Emergencial.
3. As medidas propostas têm como um dos objetivos dar mais autonomia financeira para estados e municípios.
4. A PEC Emergencial, por conta dos mecanismos automáticos de ajustes, é a única que tem como finalidade a aceleração do crescimento econômico do país.
5. A União, a partir de 2026, somente fornecerá garantias às operações de estados e municípios com organismos internacionais.
6. Uma das PECs que integra o Plano Mais Brasil estabelece que os municípios de até cinco mil habitantes deverão ser incorporados a outros municípios vizinhos.

(QUADRIX/CRN 9/2019 – AUXILIAR OPERACIONAL) A União Europeia é o segundo maior comprador do agronegócio brasileiro, tendo sido o destino de 17,6% das exportações do setor neste ano, que geraram US\$ 9,9 bilhões até julho, ficando atrás apenas da China.

Internet: <<https://g1.globo.com>> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens.

7. A China é grande importadora de proteína animal do Brasil e aumentou as compras desse produto após a eclosão da chamada “peste suína”, em 2018.
8. Com a guerra comercial entre Estados Unidos e China, as exportações brasileiras de soja para o país asiático deverão aumentar em 2019, em relação ao ano anterior.
9. A União Europeia é um grande mercado para as commodities do Brasil, mas não importa produtos industrializados do País, para proteger sua indústria.

(QUADRIX/CRB-6/2019 – BIBLIOTECARIO FISCAL) O governo federal inaugurou, no dia 5 de agosto de 2019, a primeira etapa da usina solar fotovoltaica flutuante, que transforma a luz solar em energia elétrica, instalada, pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), no reservatório da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, na Bahia.

Internet: <www.bol.uol.com.br> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens.

10. Uma das vantagens desse tipo de usina é que se pode aproveitar as subestações e as linhas de transmissão utilizadas para a distribuição da energia produzida pela hidrelétrica.



11. Apesar dos baixos índices de intensidade da radiação solar no Nordeste, a região foi escolhida para a instalação da usina pelo alto potencial de crescimento e pela demanda energética.

12. (FCC/SABESP/2019) O indicador caiu 0,2%, no primeiro trimestre de 2019, em relação ao quarto trimestre de 2018, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado coloca o país na fronteira de uma recessão técnica.

(Disponível em: www.elpais.com.br. Adaptado).

O indicador que revela a possibilidade de recessão da economia brasileira é

- a) o Plano Safra.
- b) a Balança comercial.
- c) a Produção industrial.
- d) o Produto Interno Bruto.
- e) o Pleno emprego.

13. (VUNESP/PM SP/2019 – SOLDADO) O saldo da balança comercial em 2018 foi de US\$ 58,3 bilhões. Em 02 de janeiro de 2019, de acordo com o Ministério da Economia, esse é o “segundo melhor desempenho do comércio externo registrado desde 1989”. O saldo contabiliza a diferença entre as exportações e as importações.

(Agência Brasil. <https://bit.ly/30wCP53>. Acesso em 17.06.2019. Adaptado)

A respeito do comércio externo brasileiro, pode-se afirmar que

- a) as exportações de ferro apresentaram forte redução na quantidade e no preço.
- b) o Brasil abandonou as trocas comerciais com os países vizinhos sul-americanos.
- c) mais da metade dos produtos exportados durante o ano são bens manufaturados.
- d) a China, a União Europeia e os Estados Unidos são os principais compradores.
- e) o Brasil figurou entre os três maiores exportadores do mundo, superando a Alemanha.

(CEBRASPE/PGE-PE/2019 – ANALISTA JUDICIÁRIO) A história do território brasileiro é, a um só tempo, una e diversa, pois é também a soma e a síntese das histórias de suas regiões. De um ponto de vista genético, as variáveis do espaço brasileiro são assíncronas, mas em cada lugar elas funcionam sincronicamente e tendem a ser assim também quanto ao todo. Daí as discontinuidades que permitiram explicar as diversidades regionais.

Milton Santos e Maria Silveira. Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Record, 2005, p. 23 (com adaptações).



Tendo como referência o texto antecedente, julgue os itens que se seguem, acerca dos fenômenos políticos, econômicos e sociais atuais no Brasil.

14. O Brasil possui destaque na exportação de commodities como minério de ferro, soja, petróleo e açúcar brutos, além de carne de frango, sendo os principais parceiros no comércio exterior brasileiro a China, os EUA e a Argentina.

15. A recente descentralização industrial brasileira é explicada e entendida por intermédio das relações bilaterais e do fortalecimento do MERCOSUL.

16. Os danos provocados pela greve de caminhoneiros ocorrida em 2018 no Brasil só não foram maiores porque o transporte rodoviário é percentualmente menor que o da soma dos demais modais responsáveis pelo transporte de mercadorias no país.

17. A desigualdade de renda no Brasil, entre outras questões, é alimentada pelos impostos que incidem sobre a produção e o consumo: essa modalidade faz que a população menos abastada de capital acabe pagando, proporcionalmente, mais impostos.

(QUADRIX/CRP-SP/2019 – PROFISSIONAL ANALISTA SUPERIOR) Usinas nucleares na rota do furacão Florence nos EUA reacendem fantasma da explosão de Fukushima. Americanos correm contra o tempo para garantir a segurança de reatores nucleares.

Internet: <www.bbc.com> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens a seguir.

18. O texto faz referência a um fato ocorrido no Japão anos atrás, quando um desastre natural danificou uma usina nuclear, aumentando a preocupação com o uso dessa fonte energética.

19. A energia nuclear é considerada como uma energia limpa e renovável.

(LEANDRO SIGNORI/PC DF – SIMULADO/2019) Um milhão de espécies de animais e plantas estão ameaçadas de extinção, segundo o relatório da Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços de Ecossistema (IPBES). A plataforma da Organização das Nações Unidas (ONU) contou com 145 cientistas de 50 países, no que é considerado o relatório mais extenso sobre perdas do meio ambiente. Desde 1900, a média de espécies nativas na maioria dos principais habitats terrestres caiu em pelo menos 20%. Mais de 40% das espécies de anfíbios, quase 33% dos corais e mais de um terço de todos os mamíferos marinhos estão ameaçados. Pelo menos 680 espécies de vertebrados foram levadas à extinção desde o século 16.

Disponível em: <https://glo.bo/2Vn5r1u>. Adaptado. Acesso em 07/05/2019.

Utilizando o texto presente no enunciado como base e os seus conhecimentos à respeito dos múltiplos aspectos relacionados aos problemas ambientais e a sustentabilidade, julgue o item que se segue:

Apesar do baixo crescimento de utilização da energia solar no Brasil, ela é uma das fontes com maior potencial de utilização no país devido às grandes médias de insolação anuais que o território brasileiro recebe.



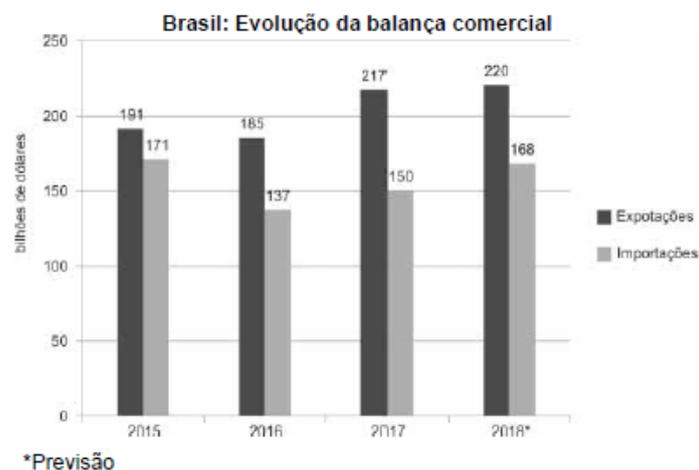
21. (QUADRIX/CRQ 4ª REGIÃO/2019 – PROFISSIONAL DE ATIVIDADES ESTRATÉGICAS) O Acordo de Paris foi aprovado pelos 195 países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) para reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) no contexto do desenvolvimento sustentável.

Internet: <mma.gov.br> (com adaptações).

A respeito do assunto abordado no texto acima e de temas correlatos, julgue o item.

O Brasil possui uma matriz energética com cerca de 40% de fontes renováveis, o que supera amplamente a participação média mundial.

22. (FCC/AFAP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Considere o gráfico abaixo.



(<https://br.advfn.com/indicadores/balanca-comercial/brasil>)

A leitura do gráfico e os conhecimentos sobre o contexto econômico brasileiro permitem afirmar que a balança comercial brasileira

- a) mostra a importância do petróleo no total das importações.
- b) indica que a crise econômica já foi superada.
- c) apresenta superávits em acentuado declínio desde 2016.
- d) torna o país um dos principais líderes do comércio mundial.
- e) tem no agronegócio os principais produtos de exportação.

23. (FCC/AFAP/2019 - ADVOGADO) A partir dos anos de 2015 e 2016, as agências Standard & Poor's, Fitch e Moody's passaram a ser citadas inúmeras vezes pela mídia brasileira, geralmente acompanhada de preocupações do governo federal e da sociedade como um todo.

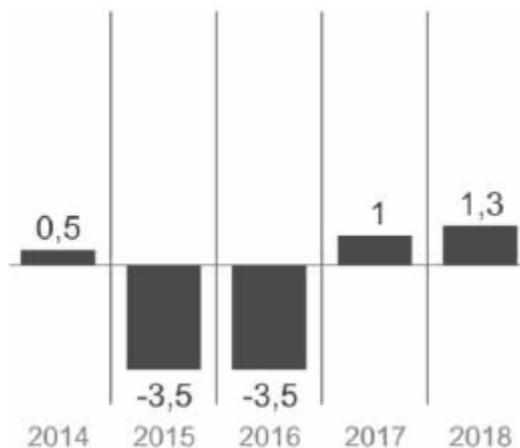
Em 2018, as agências continuam atuando no Brasil e mantendo as preocupações devido



- a) à retirada do Brasil da lista dos países que são bons pagadores de dívidas e atrativos para investidores.
- b) aos frequentes surtos de doenças transmissíveis decorrentes do déficit no saneamento básico nas áreas urbanas.
- c) à dependência da economia brasileira das exportações de commodities com baixo valor agregado.
- d) ao aumento das áreas de desmatamento na Amazônia, promovido pela ausência de políticas ambientais eficazes.
- e) ao crescimento dos níveis de poluição atmosférica em desrespeito aos compromissos climáticos assinados pelo governo.

24. (FCC/AFAP/2019 - ADVOGADO) Observe o gráfico abaixo para responder à questão.

Brasil: Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) em %



(Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/> – Adaptado)

A leitura do gráfico e os conhecimentos sobre a economia brasileira permitem afirmar que o PIB

- a) em 2017 começou a se recuperar da queda dos anos anteriores devido ao forte impulso do agronegócio e ao início da retomada do consumo das famílias, que esteve em baixa nos anos anteriores.
- b) dos anos de 2015 e 2016 foi resultado de uma conjunção de fatores, como as crises geopolíticas internacionais e os problemas ambientais que provocaram quebras recordes na agropecuária, principal elemento do PIB.
- c) em 2016 mostrou o início de um período de recessão econômica que teve impacto sobre o setor de comércio e de serviços, mas não chegou a gerar crise nos setores da indústria e da administração pública.
- d) em 2017 e 2018 apresentou crescimento robusto e possibilitou ao governo brasileiro honrar os compromissos financeiros assumidos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) nos anos anteriores.



e) dos anos de 2014 a 2016 foram reflexos das baixas taxas de juros estabelecidas pelo Banco Central e que somente passaram a ser corrigidas a partir de meados do ano de 2017.

(CEBRASPE/FUB/2018 – CARGOS DE NÍVEL MÉDIO) As fontes de energia, os transportes e as telecomunicações constituem três elementos básicos da infraestrutura econômica — e, em particular, industrial — de um país. São condições para a sua modernização e, ao mesmo tempo, indicadores de desenvolvimento e da sustentabilidade ambiental.

José William Vesentini. Geografia: o mundo em construção. Ática, vol. 2, 2013, p. 41 (com adaptações).

Acerca do assunto abordado nesse fragmento de texto, bem como de múltiplos aspectos a ele relacionados, julgue os itens a seguir.

25. O Brasil adota um sistema equilibrado de frete por transporte terrestre multimodal, por influência, ainda, do nacional-desenvolvimentismo do governo de Juscelino Kubitschek.

26. Os rios navegáveis das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil fazem que o transporte aquaviário seja de importância primordial para a exportação brasileira de commodities.

27. Apesar das hidrelétricas, dos parques eólicos no Nordeste brasileiro e da difusão da produção de energia solar, o petróleo ainda é a fonte de energia mais importante do Brasil.

28. Comparada à de outros países, a matriz energética brasileira é a mais diversificada e favorável ao desenvolvimento sustentável, por fazer uso de muitas fontes renováveis.

29. A energia elétrica brasileira é gerada, majoritariamente, por força hidráulica.

(CEBRASPE/FUB/2018 – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR) Acerca de temas diversos da atualidade, julgue os próximos itens.

30. No contexto econômico das relações internacionais contemporâneas, o Brasil se destaca na produção e exportação de commodities.

31. No Brasil, o significativo crescimento da produção de grãos fez que o país se tornasse o segundo maior produtor de soja do planeta.

32. Atualmente, o massivo investimento em ciência e tecnologia tem feito o setor secundário do Brasil desempenhar papel de grande destaque no produto interno bruto nacional, que, atualmente, está entre os dez maiores do mundo.

33. (CESPE/PM-MA/2018 - SOLDADO) O perfil demográfico dos brasileiros tem-se alterado com o aumento da média de idade da população, um dos fatores da crise previdenciária atual.

34. (VUNESP/PC-SP/2018 – AGENTE DE POLÍCIA) A paralisação dos caminhoneiros vem perdendo força e dá claros sinais de que está próxima do fim. A Polícia Federal Rodoviária (PRF) notificou nesta quinta-feira, 31 de maio, uma grande redução dos pontos de concentração nas rodovias federais. Em todos os Estados, a vida começa a voltar ao ritmo normal.

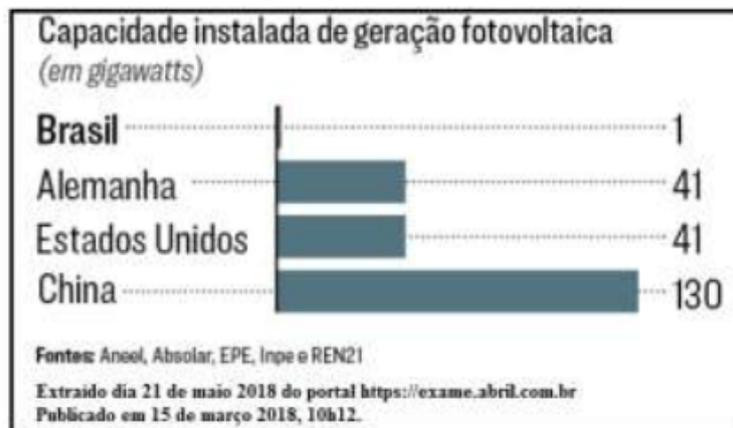


(Exame, 31.05.18. Disponível em: <https://goo.gl/JsGcc2>. Adaptado)

A paralisação dos caminhoneiros evidenciou

- a) a força do transporte aéreo de cargas na reposição dos estoques.
- b) a perda de importância dos derivados de petróleo no abastecimento.
- c) a dependência da economia brasileira em relação ao rodoviarismo.
- d) a relevância e a extensão da malha ferroviária no Brasil.
- e) o investimento crescente do Brasil no transporte fluvial.

35. (IDECAN/IPC/2018 - PROCURADOR PREVIDENCIÁRIO) A análise do gráfico abaixo nos permite concluir que:



- a) A partir de 2018 passou a ser permitido que qualquer consumidor brasileiro possa produzir a sua própria energia elétrica e comercializá-la com quem preferir.
- b) O Brasil, apesar de ter uma baixa incidência solar, se destaca como uma das maiores potências produtoras de energia solar do mundo.
- c) No que diz respeito à capacidade instalada de geração fotovoltaica, o Brasil está atrás de países que têm menor nível de incidência solar.
- d) O Brasil já conseguiu inverter a sua matriz elétrica que, antes era altamente dependente da água como fonte primária, e agora depende quase que exclusivamente de fontes renováveis como o sol e os ventos.



GABARITO



- | | | |
|-------|-------|-------|
| 1. A | 13. D | 25. E |
| 2. E | 14. C | 26. E |
| 3. C | 15. E | 27. C |
| 4. E | 16. E | 28. C |
| 5. C | 17. C | 29. C |
| 6. E | 18. C | 30. C |
| 7. C | 19. E | 31. C |
| 8. C | 20. E | 32. E |
| 9. E | 21. C | 33. C |
| 10. C | 22. E | 34. C |
| 11. E | 23. A | 35. C |
| 12. D | 24. A | |



RESUMO

PIB

O setor com maior participação na composição do PIB brasileiro é o de **serviços (terciário)**, seguido da indústria (secundário) e da agropecuária (primário). O PIB brasileiro cresceu negativamente nos anos de 2015 e 2016. Em 2017 e 2018, o PIB cresceu 1,3%, mas em 2019, registrou um crescimento menor, 1,1%. Já são três anos de baixo crescimento do PIB. O consumo das famílias foi o que mais contribuiu para o crescimento do PIB em 2019. Os investimentos também cresceram e a construção civil teve o primeiro resultado positivo após cinco anos de queda.

As boas expectativas de crescimento do PIB em 2020 foram frustradas pela pandemia de Covid-19, que provocou abalos nos mercados globais. No segundo trimestre, o PIB brasileiro registrou queda recorde, de -9,6%. Contudo, a recuperação veio parcialmente no terceiro trimestre, com +7,7%.

Contas Públicas

Nos últimos cinco anos (2014 a 2018), o governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência Social) fechou as contas públicas com um déficit primário.

Governos trabalham para, ao final do ano fiscal, alcançarem um resultado primário positivo. O objetivo principal é ter saldo positivo (superávit primário): sobra de recursos para pagar os juros da dívida pública, evitando seu crescimento descontrolado. Um crescimento descontrolado da dívida aumenta a desconfiança dos credores quanto ao pagamento futuro da dívida, levando a uma alta dos juros cobrados para financiar o Estado e criando um ciclo insustentável no longo prazo.

Na tentativa de reverter os déficits fiscais, o Governo Federal vem implementando um **ajuste fiscal** com medidas que visam aumentar a arrecadação e cortar gastos públicos. São medidas que **umentam impostos, diminuem o subsídio a políticas sociais e ao setor produtivo e reduzem despesas governamentais**.

Além da União, a maioria dos estados brasileiros está em uma situação fiscal difícil.

Inflação

O Brasil adota o **regime de metas anuais de inflação**, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Esse sistema prevê que a inflação **medida pelo IPCA** (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) **deve ficar dentro de um limite de tolerância**; ou seja, dentro de uma faixa estabelecida.

A meta é estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e deve ser cumprida pelo Banco Central (BC), que, para isso, adota várias políticas, entre as quais o controle da taxa básica de juros. O CMN é formado pelo Ministro da Economia, Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia e pelo Presidente do Banco Central.

A meta central de 2019 foi de 4,25%, que poderia variar 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, de 5,75% a 2,75%. A meta central para 2020 é de **4,00%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, de 5,50% a 2,50%**.



Em 2020, a inflação aumentou em relação aos anos anteriores, fechando em 4,52%. O que mais contribuiu para o aumento foi a categoria de **alimentos e bebidas**. O óleo de soja registrou a maior alta, seguido pelo arroz.

O **principal mecanismo para manter a inflação sob controle no Brasil é a taxa de juros**. Toda vez que os preços sobem acima do nível esperado, o Banco Central intervém com a elevação da taxa Selic. Isso faz o crédito ficar mais caro, e incentiva as pessoas e as empresas a gastarem menos. Se todos gastam menos, a tendência é que os preços também subam menos.

Juros

A taxa Selic é a taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central.

Os governos a utilizam para controlar a inflação: quanto mais alta a taxa de juros, mais caros ficam os empréstimos, o que funciona como um freio nas atividades produtivas e o financiamento. Se há menos compras, os preços não sobem e a inflação fica baixa. Quando a prioridade do governo é estimular a atividade econômica, uma das medidas é baixar os juros.

Taxa de Câmbio

A taxa de câmbio é o valor pelo qual a nossa moeda é trocada por moedas estrangeiras, principalmente pelo dólar, que é a referência no mercado mundial.

O comércio exterior é diretamente afetado pela taxa de câmbio. Se o real vale pouco, nossas mercadorias são exportadas por valor menor (o que as torna atraentes). Isso ajuda o setor exportador, mas o importar fica mais caro. Quando o real se valoriza, nossos produtos ficam caros lá fora, mas é mais barato importar. Facilitar as importações ajuda a derrubar a inflação, pois amplia a oferta de mercadorias externas a preço baixo.

Balança Comercial

A **balança comercial** é o conjunto de tudo o que o país exporta e importa em um ano. A soma desses valores é o total do comércio exterior nacional. Já o **saldo da balança comercial** é o resultado do valor exportado, retirando-se o valor importado. Quando o país vende mais do que compra no exterior, consegue um saldo positivo: é o **superávit** da balança comercial. Quando o resultado é negativo, dá-se o nome de **déficit**.

Em 2020, a balança comercial brasileira teve um superávit de US\$ 50,995 bilhões, valor superior ao ano de 2019.

O Brasil é um grande exportador de commodities, tais como o minério de ferro, a soja em grão, o café em grão, o milho em grão, a carne in natura, o açúcar, o aço e a celulose.

A China é o principal destino das exportações brasileiras e o país que mais exporta para o Brasil.

Classificação de Risco de Crédito

A classificação de risco por agências estrangeiras representa uma medida de confiança dos investidores internacionais na economia de um determinado país.



O grau de investimento funciona como um atestado de que os países não correm risco de dar calote na dívida pública. Abaixo dessa categoria, está o grau especulativo, cuja probabilidade de deixar de pagar a dívida pública sobe à medida que a nota diminui.

A classificação do Brasil se encontra no grau especulativo.

Agropecuária e agronegócio

A agropecuária compreende o cultivo agrícola (agricultura) e a produção de animais para abate (pecuária). Já o agronegócio envolve toda a cadeia produtiva da agropecuária, como a pesquisa, a indústria de máquinas e equipamentos agrícolas, os insumos (como adubos e defensivos), o beneficiamento e industrialização dos produtos (na indústria alimentícia, por exemplo), além dos setores de transporte e distribuição.

O Brasil é um dos gigantes da agropecuária no mundo, sendo o segundo maior produtor agrícola e exportador mundial de alimentos, atrás apenas dos Estados Unidos. Nas últimas três décadas, a produção agrícola do Brasil mais do que dobrou em volume, e a pecuária praticamente triplicou, principalmente com base nas melhorias da produtividade. É o maior produtor e exportador mundial de açúcar, café e suco de laranja. É o segundo maior produtor e o maior exportador de soja do mundo. O Brasil está ainda entre os maiores produtores e exportadores de carne bovina, frango e milho.

Agronegócio responde por cerca de metade das exportações do país. O Centro-Oeste é a região de maior valor de produção da agropecuária. **Mato Grosso** é o estado com maior valor da produção agrícola. **Soja** é o principal produto agrícola. **Bovinos** é o principal produto da pecuária.

A vocação agrícola do Brasil se explica em grande medida pelas **características naturais** do território, como o clima e os solos férteis.

O crescimento da produção se explica pelo aumento da área plantada e, principalmente, pelo aumento da produtividade (quantidade de grãos colhidos por hectare), que decorre do investimento em pesquisa, tecnologia e mecanização da agricultura.

Ao longo das últimas décadas, o Brasil construiu uma das maiores redes de pesquisa agropecuária do mundo. Um marco importante para o progresso no setor é a **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)**.

As **questões ambientais, sociais** e as **precárias infraestruturas e logística** estão entre os principais desafios do setor agropecuário e do agronegócio no Brasil.

Questões Ambientais:

O aumento da área plantada se dá em meio ao desmatamento dos biomas, principalmente o Cerrado e a Floresta Amazônica. O Matopiba é a principal área de expansão da fronteira agrícola.

O uso de **agrotóxicos** e **sementes transgênicas** na agricultura brasileira tem sido motivo de polêmica em virtude dos eventuais riscos que podem oferecer para a saúde humana e para o meio ambiente.

Para ruralistas, **áreas protegidas (unidades de conservação da natureza)** constituem entraves para a ampliação das áreas de cultivo e criação. Ruralistas pressionam para a flexibilização de categorias de proteção, de mais restritivas para mais brandas, e buscam dificultar a criação de novas unidades de conservação da natureza.

Questões Sociais:



Na visão de ruralistas, à **demarcação de terras indígenas e de quilombolas**, representa um obstáculo para o avanço do agronegócio.

Ocorrem também conflitos por terras entre grandes proprietários rurais e agricultores sem terras e/ou posseiros. A propriedade da terra é muito concentrada no Brasil, que é a causa da violência no campo. A solução está na realização de uma efetiva reforma agrária em nosso país.

Outro problema são casos de trabalho escravo no campo brasileiro.

Infraestrutura:

A deficiente infraestrutura e logística de transporte encarece a distribuição para o mercado interno e os preços dos produtos exportados.

Infraestrutura e Logística – Matriz de Transporte

A matriz de transporte brasileira é desequilibrada, com o predomínio do transporte rodoviário (rodoviarismo). O principal resultado do desequilíbrio da matriz é o **alto custo nacional do transporte de carga**.

O impacto do custo elevado do transporte recai sobre o custo dos produtores, das empresas e das mercadorias. Por isso, encarecem tanto o preço dos produtos vendidos dentro do país quanto aqueles que exportamos, e a redução desses custos é importante para a melhoria da economia.

As concessões são a principal forma pela qual os governos federal e dos estados, principalmente, transferem às empresas da iniciativa privada a construção, reformas ou a administração de rodovias, aeroportos, ferrovias e portos já construídos. As empresas investem em infraestrutura, por exemplo, em troca de retorno financeiro, como a cobrança de pedágios em rodovias. O modelo de concessões tem sido utilizado por vários governos nas últimas décadas devido à falta de recursos públicos suficientes para o investimento em infraestrutura.

Infraestrutura e Logística – Energia

A **matriz energética mundial é predominantemente suja e não renovável**. O **petróleo é a fonte mais utilizada**.

Os **investimentos em fontes renováveis cresceram** cinco vezes entre 2004 e 2017 no mundo. Os principais motivos para esse avanço são a preocupação com o aquecimento global, a poluição do ar e questões financeiras (atrair investimentos que promovem o crescimento econômico da nação). O líder mundial no setor é a China.

A **matriz energética brasileira é predominantemente suja e não renovável**. Mesmo assim, o Brasil se destaca no cenário mundial pela grande variedade de fontes de energia e também por **importante participação das fontes renováveis na sua matriz de energia**.

A **matriz elétrica mundial é predominantemente suja e não renovável**. O **carvão é fonte mais utilizada**.

A **matriz elétrica brasileira é predominantemente limpa e renovável**. A geração pelas hidrelétricas (fonte hídrica) responde por mais da metade de toda energia elétrica produzida no Brasil.

A **indústria** é o setor que mais consome energia no Brasil, seguida pelos transportes e residências.

O **petróleo é fonte mais utilizada na matriz energética brasileira**. Os seus principais usos são nos transportes e na indústria.



Pré-sal - Camada no subsolo marinho, que armazena petróleo abaixo de uma grossa camada de sal, a cerca de 7 km abaixo da superfície do mar. Fica a uma distância média de 300 km do litoral, em uma faixa de 200km de largura e 800 km de extensão, que vai do Espírito Santo a Santa Catarina.

O **gás natural** é a fonte de energia que vem apresentando as maiores taxas de crescimento na participação em nossa matriz energética. O Rio de Janeiro é o maior produtor, seguido por Espírito Santo e Amazonas.

O **carvão mineral** é pouco utilizado, pois as reservas do nosso país, além de escassas, são de baixa qualidade. O Rio Grande do Sul possui 90% das reservas e boa parte do restante encontra-se em Santa Catarina.

Apesar de grande parte da energia elétrica ser produzida pelas águas, o Brasil ainda possui um grande potencial hidrelétrico inexplorado. As bacias hidrográficas que mais contribuem para a geração de energia hidrelétrica no país são as bacias dos rios Paraná e São Francisco. O maior potencial hidrelétrico inexplorado está na bacia Amazônica.

A **energia nuclear** é pouco representativa no país, que conta com apenas com duas usinas de geração de energia elétrica.

A **biomassa é a segunda fonte de energia que mais participa da matriz energética brasileira**, e sua participação tem sido crescente ao longo dos anos. Os combustíveis de biomassa mais utilizados são o etanol (álcool de cana, no caso brasileiro) e o biodiesel (feito de oleaginosas). O Brasil é o segundo maior produtor mundial de etanol.

O Brasil possui um ótimo potencial para geração de energia solar, mas a sua utilização ainda é inexpressiva no país.

O Brasil possui um ótimo potencial para geração de **energia eólica**, concentrado basicamente no Nordeste e no Rio Grande do Sul. Especialistas afirmam que o país é detentor dos melhores ventos do mundo, constantes, unidirecionais e sem grandes rajadas. A geração eólica segmento que mais cresce percentualmente na matriz energética e na matriz elétrica brasileira. A maior parte da energia eólica gerada no Brasil e a maior parte dos parques eólicos está no Nordeste, respondendo por mais da metade da energia elétrica gerada e consumida na região, na qual, o único estado que não possui parques eólicos e não gera energia eólica é Alagoas. Os estados com maior geração e parques eólicos são o Rio Grande do Norte, Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul e Piauí.

Reforma da Previdência Social

O Governo Federal argumentou que a reforma é necessária para evitar a quebra do sistema previdenciário brasileiro e para que o governo não fique continuamente cobrindo déficits previdenciários, cada vez maiores, deixando de investir recursos em outras áreas de políticas públicas.

Os dados governamentais apresentados indicam **déficit crescente** na Previdência Social. Segundo o governo, no Brasil as pessoas se aposentam muito cedo, em comparação com outros países, que adotam uma idade mínima para as pessoas se aposentarem.

A expectativa de vida do brasileiro cresce a cada ano e a **população brasileira está envelhecendo**. O Brasil, aos poucos, se transforma de um país de jovens para um de idosos. Conforme a expectativa de vida aumenta e a taxa de crescimento vegetativo da população diminui, chegaremos em breve a um cenário de muitos trabalhadores inativos sustentados por poucos trabalhadores ativos. Assim, a revisão das regras da Previdência é imperativa, da mesma forma como aconteceu em outros países ao redor do mundo.



A Emenda Constitucional nº 103/2019 promulgada pelo Congresso Nacional promoveu mudanças nas aposentadorias do RGPS (Regime Geral de Previdência Social), dos trabalhadores do setor privado, e do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), dos servidores públicos civis.

Todos os trabalhadores da ativa terão regras de transição e as regras da Emenda Constitucional só valerão de forma integral para quem ingressar no mercado de trabalho depois de sua aprovação. A reforma da previdência tem três pilares: idade mínima, tempo de contribuição e cálculo do benefício e regra de arrecadação única.

Ao final do tempo de transição, deixa de haver a possibilidade de aposentadoria por tempo de contribuição. A idade mínima de aposentadoria será de 62 anos para mulheres e de 65 para homens tanto para a iniciativa privada quanto para servidores.

Trabalhadores rurais, professores do ensino básico, policiais federais, legislativos, civis do Distrito Federal e agentes penitenciários e educativos terão regras diferenciadas.

Plano Mais Brasil

Pacote de medida divididos em três Propostas de Emenda à Constituição – PECs: PEC do Pacto Federativo, PEC Emergencial e PEC dos Fundos Públicos.

Tem como objetivo reformar o Estado brasileiro, buscando o equilíbrio das contas públicas em conjunto com o crescimento da economia.

PEC do Pacto Federativo: A PEC do Pacto Federativo é vista como a mais importante dentre as três incluídas no pacote de medidas. A PEC busca mudar a dinâmica dos gastos obrigatórios brasileiros, alterando a forma como os recursos e despesas são distribuídos entre a União, os estados e os municípios.

O Pacto Federativo é uma proposta para um novo modelo fiscal, que tem por objetivo conferir uma maior autonomia financeira a estados e municípios na distribuição dos recursos públicos e em suas aplicações, ampliando também a responsabilidade dos gestores.

A proposta está fundamentada em três pilares: **desvincular, desindexar e desobrigar gastos**.

A PEC dos Fundos Públicos: propõe extinguir todos os fundos orçamentários infraconstitucionais que, no prazo de dois anos, não forem convalidados por meio de lei complementar específica. Nos cálculos do governo, atualmente, 248 fundos públicos infraconstitucionais somam cerca de R\$ 220 bilhões que estão sem destinação específica, recursos que, com a aprovação, serão destinados à amortização da dívida pública.

A PEC Emergencial: prevê gatilhos - mecanismos automáticos de ajustes - para reduzir despesas obrigatórias com o objetivo de abrir espaço para o uso do orçamento com a recomposição do investimento e de garantir condições para que estados e municípios ajustem suas contas.

A proposta é basicamente uma versão enxuta de medidas já contidas no pacto federativo.

A PEC é dividida em duas partes: uma permanente e outra temporária. As temporárias são as mesmas constantes no pacto federativo, entretanto, com vigência de **dois anos**.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.